

RAUL CALAZANS ALVARENGA MOZ

CRIME ORGANIZADO, TERRORISMO E A TRÍPLICE FRONTEIRA: PROBLEMA DE SEGURANÇA
PÚBLICA OU SEGURANÇA NACIONAL?

Banca examinadora:

Prof. Frederico Seixas Dias
(Orientador)

Profª. Aline Maria Thomé Arruda
(Membro)

Prof. Guilherme Assis de Almeida
(Membro)

BRASÍLIA – DF

2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, aos meus pais e irmãos que tiveram a paciência de agüentar horas de trabalho no computador e a bagunça de livros espalhados por todo o canto; aos meus amigos de

sempre, que mesmo reclamando, entenderam as muitas ausências em confraternizações (festas); à família Morganti Ju-Jitsu, por propiciar momentos de paz e tranquilidade de espírito, elementos fundamentais para o desenvolvimento do presente trabalho; aos eternos amigos de faculdade por sempre estarem me lembrando da monografia; ao meu orientador por, de tanto questionar tudo o que eu apresentava como tema, acabou me fazendo entender a importância de um trabalho de pesquisa, e ainda, pela paciência na demora de sua conclusão.

Também faço um agradecimento muito mais do que especial à minha namorada Julliana, pois, apesar de tanto trabalho que eu dei a ela, e dos momentos ausentes, sempre esteve do meu lado me dando força para continuar.

Este trabalho é dedicado aos eternos irmãos João Rodrigo e Renan, ambos *in memoriam*, duas tristes perdas para a violência urbana. Amigos que me presentearam com o prazer de terem feito parte da minha vida e que, de alguma forma, sei que me ajudam nos caminhos trilhados.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar como a questão do crime organizado na região da Tríplice Fronteira é tratada no Brasil, se é um problema de segurança pública ou um problema de segurança nacional. Para isto, inicialmente, é feito um trabalho de conceituação sobre o que vem a ser Estado, ordem e sociedade, baseados nas concepções de Hedley Bull, no âmbito da Escola Inglesa de Relações Internacionais. Ainda em um esforço de conceituação, o presente trabalho faz uma discussão a respeito do tema segurança, definindo segurança nacional, segurança pública e defesa nacional, além de conceituar crime organizado e terrorismo. Em seguida, é apresentada a região da Tríplice Fronteira, assim como as principais atividades ilícitas da região. Também é abordado o tema da atuação do terrorismo na região, o que fica comprovado que é inexistente, levando a conclusão de que a presença de atividades ilícitas é o maior problema da Tríplice Fronteira e, como tal, a região necessita de ações de órgãos de segurança pública para o combate a estes delitos. Ainda, são abordadas as ações tomadas pelo Governo brasileiro em relação ao combate ao crime organizado na região e, após a análise destas ações com base nos conceitos anteriormente abordados, chega-se à conclusão de que o Governo utiliza-se acertadamente da esfera da segurança pública como principal discurso para o combate a atividades ilícitas.

Palavras-chave: crime organizado; terrorismo; Tríplice Fronteira; segurança pública; segurança nacional.

ABSTRACT

This work is aimed at analyzing how organized crime in the Tri-Border area is dealt with in Brazil, if it is considered a question of public or national security. In order to achieve this, this work paper will first define what is the State, order and society, based on the conceptions of Hedley Bull, in the scope of the English school of Foreign Affairs. Still in the scope of definition, the present work paper brings

about the discussion on the theme of security, defining what is national security, as well as organized crime and terrorism. Following this, the Tri Border region will be presented, as well as the illicit activities in the region. Terrorist actions in the region will also be discussed, proving that it is inexistent, leading to the conclusion that the presence of illicit activities is the greatest problem at the Tri Border, and so the regions need actions from organisms of the public security to combat these felonies. The actions taken by the Brazilian Government in the region will also be discussed, and after an analysis of these actions based on definitions previously stated, the conclusion that the Government correctly uses the public security sphere as its main speech to combat illicit activities will be obtained.

Key-words: organized crime; terrorism; Tri-Border area; public security; national security.

INTRODUÇÃO

O crime organizado representa, hoje em dia, um dos maiores problemas a serem enfrentados por todos os países. No Brasil, em particular, a atuação do crime organizado vem atingindo proporções que alarmam toda a sociedade brasileira e abre portas para discussões sobre a eficácia do Estado como provedor da segurança.

Porém, o crime organizado não está presente e nem atua somente dentro das fronteiras de um Estado. Ele possui um caráter transnacional e atua em redes espalhadas por diversos países. A Tríplice Fronteira, formada pelas cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, Puerto Iguazú, na Argentina e Ciudad Del Este, no Paraguai, representa uma região de grande atuação de atividades ilegais, pois é abastecida por uma grande rede viária, portuária, aeroportuária e comercial, que funcionam como corredor para o contrabando e para o tráfico de pessoas, drogas e principalmente de armas. As atividades ilícitas nesta região, refletem em quase todas as cidades brasileiras, principalmente em grandes centros urbanos, como no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Somado a esta questão, tem crescido suspeitas e denúncias de que pessoas que residem na região, possivelmente, estariam ligadas a grupos terroristas que atuam em todo o mundo. Após os atentados terroristas em 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center, em Nova Iorque, o Governo norte-americano declarou uma verdadeira “guerra” ao terrorismo, chegando a utilizar-se de invasões a países que possuíam ligações com grupos terroristas, como no caso da guerra contra o Afeganistão. Suspeitas dos Estados Unidos apontam que terroristas atuam na Tríplice Fronteira para a obtenção de recursos para financiar suas atividades. Porém, tais suspeitas não apresentam provas que as comprovem e, ainda, os governos dos países que compõem a região negam veementemente que exista atuação de grupos terroristas na área.

Medidas governamentais são necessárias na região para poder reduzir a força do crime organizado nos demais estados brasileiros e prover mais segurança aos cidadãos. Também é necessário esclarecer a presença do terrorismo na região e indicar quais ações estão sendo tomadas quanto a esta questão. É comum ouvir-se que o

crescimento da criminalidade no Brasil se tornou um problema de segurança nacional. Uma parte dos governantes e da população pede a presença das Forças Armadas, instituição de Defesa Nacional, no combate ao crime, alegando-se a visível debilidade da polícia, gerida por órgãos de Segurança Pública.

Portanto, este trabalho tem como objetivo responder a seguinte questão: No Brasil, o crime organizado na Tríplice Fronteira representa um problema de segurança nacional? Para isto, objetivos secundários também deverão ser elucidados como: O que vem a ser e qual a relação entre Segurança Nacional, Segurança Pública e Defesa Nacional? Em que medida o crime organizado ameaça a existência do estado? As Forças Armadas podem atuar no combate o crime? Como? Quais as implicações dessas questões em uma área fronteiriça, como a Tríplice Fronteira?, e ainda, existe terrorismo na região?

O objetivo desta pesquisa justifica-se por uma falta de estudos acadêmicos que tratem desta questão, apesar de sua extrema importância. Antes de se pensar em formular medidas contra a violência no Brasil, principalmente em uma área de fronteira com outros países, é necessário ter em mente essas questões fundamentais, pois se tratam de problemas que estão inseridos na sociedade. Assim, devido sua complexidade, este trabalho tornou-se extremamente atrativo e motivador para que sua pesquisa se tornasse possível, e assim, buscar que, ao final, o leitor entenda o que vem realmente a ser segurança, podendo assim, compreender as ações que o governo brasileiro tem em relação ao crime organizado, especialmente em áreas fronteiriças.

Para análise destas questões, o presente trabalho foi dividido em três capítulos: No primeiro capítulo, “Teoria e Conceituação”, é feita uma definição dos conceitos de estado, ordem, sociedade e segurança, além do que vem a ser crime organizado e terrorismo. Esses temas são abordados, principalmente, à luz do entendimento de teóricos da Escola Inglesa de Relações Internacionais, além de outros pesquisadores do assunto em questão.

O segundo capítulo, a “Região da Tríplice Fronteira”, trata-se de uma definição da região a ser estudada. A seguir, são apresentadas as principais atividades ilícitas presentes na Tríplice Fronteira. Também é abordado as suspeitas de atuação de terroristas na área, por se tratar de uma suspeita constante por parte dos estados da

região, além dos Estados Unidos.

O terceiro e último capítulo, “A Tríplice Fronteira no discurso nacional: Segurança Pública ou Segurança Nacional?”, consiste na aplicação dos conceitos apresentados no primeiro capítulo na forma de como o problema é combatido no Brasil por parte de suas principais instituições, responsáveis pela criação de políticas que visam garantir segurança para a população.

Por fim, a proposta da presente monografia é a de possibilitar o entendimento das políticas de segurança desenvolvidas pelo governo em questões como o terrorismo e o crime organizado, principalmente em regiões porta de entrada para as principais atividades ilícitas no país, além de levantar reflexões sobre como crime organizado deve ser tratado no Brasil.

Capítulo I: Teoria e conceituação

Para analisar a problemática da relação Segurança Pública X Segurança Nacional, envolvido no tema do crime organizado na Tríplice Fronteira, é necessário, antes, identificar os principais conceitos teóricos envolvidos, ou seja, saber sobre o que está sendo tratado. O objetivo principal deste capítulo é tentar entender o que vem a ser segurança, em seu conceito mais amplo, segurança nacional, segurança pública, defesa nacional, crime organizado e terrorismo, além de quais implicações tais temas exercem sobre os estados.

Assim, está organizado em cinco partes. Na primeira, é feita a exposição do marco teórico do trabalho, a Escola Inglesa de Relações Internacionais. Seguindo, a segunda parte traz as concepções de Hedley Bull sobre Estado, Ordem e Sociedade. A terceira parte consiste na exposição do que vem a ser segurança para fins de análise do trabalho em questão, subdividindo-se na conceituação de Segurança Nacional, Segurança Pública e Defesa Nacional. Por fim, é apresentado o que é crime organizado e terrorismo, respectivamente, quarta e quinta parte.

1.1 - Justificativas para uma abordagem à luz da Escola Inglesa

A Escola Inglesa, criada a partir do Comitê Britânico para a Teoria da Política Internacional, em 1958, é uma corrente teórica do campo de relações internacionais que vem despertando cada vez mais o interesse de estudiosos e pesquisadores da política internacional por ocupar uma posição cômoda no chamado 3º Grande Debate da disciplina de Relações Internacionais, entre teorias positivistas e teorias pós-positivistas.

Esta posição se dá principalmente por que, mesmo inserida na concepção tradicionalista das Relações Internacionais, juntamente com realistas e idealistas, a Escola possui um caráter anti-positivista, por não crer que a análise das ciências sociais possa ser livre de valores por parte de seus observadores¹ e, também discordar

¹ BULL, Hedley. A sociedade anárquica: Um estudo da ordem na política mundial. Brasília, DF: UnB, 2002. p. 5.

que o estudo das ciências sociais devam seguir os mesmos parâmetros das ciências exatas, além de ser uma teoria de grande relevância nos estudos de novas teorias com ênfase na construção social.

Dito isto, cabe dizer que este trabalho não está interessado em debates positivistas e pós-positivistas, que estão em foco hoje na disciplina de Relações Internacionais e também não se propõe em expor o debate acerca da validade, ou não, da Escola Inglesa como teoria por parte de teóricos das mais variadas correntes.

Desde sua criação, pelo fato de não estar inserida no contexto das teorias norte-americanas, a Escola Inglesa por muito foi marginalizada, principalmente por possuir uma abordagem plural e um não comprometimento com uma tradição ou teoria específica, ou seja, segundo a Escola, qualquer elemento de uma teoria pode predominar sobre os outros, inclusive o seu, dependendo da fase histórica do sistema de estados, nos distintos teatros geográficos e nas políticas adotadas por diferentes estados e estadistas².

A abordagem escolhida para a conceituação de elementos importantes para este trabalho, feita à luz dos trabalhos desenvolvidos pelos teóricos da Escola Inglesa é bastante contundente. Apesar de estar tratando de temas que, a princípio estariam presentes em um debate interno do país, como o crime organizado e implicações na segurança interna do estado, há um entendimento para grande parte dos cidadãos brasileiros, tanto civis, militares e autoridades, quanto para pesquisadores, nacionais e internacionais, que isto pode chegar a ponto de desafiar o estado, desestabilizando-o. Somado a isso, o tema é tratado sob implicações de uma área de fronteira, abordando como o crime interfere no diálogo entre os países que compõem a região, criando problemas entre eles ou neles, em especial, o Brasil. Também, não pode ser descartado o fato de suspeitas estarem sendo levantadas por parte dos Estados Unidos e outros países de que, terroristas utilizam a Tríplice Fronteira como meio de captação de financiamento para células que espalham o terror ao redor do mundo.

Seguindo, o trabalho está orientado pelas obras de Hedley Bull, principal referência do pensamento da Escola, e Barry Buzan, principal impulsionador dos debates sobre segurança, pertencente à nova geração de teóricos, entre outros,

² BULL, Hedley, op. cit., p. 51.

envolvidos ou não ao conjunto de teóricos da Escola, mas que de alguma forma usam como referência os textos destes autores e dão base para complemento das idéias apresentadas.

Conhecido o marco teórico desta pesquisa, é necessário, para sua continuidade, entendermos, primeiro, o que vem a ser estado, ordem e sociedade.

1.2 - Bull e a Escola Inglesa: Uma definição conceitual sobre Estado, Ordem e Sociedade

Segundo Bull (Bull, 2002), o ponto de partida das relações internacionais é a existência de estados, “comunidades políticas independentes, cada uma das quais possui um governo e afirma a sua soberania com relação a uma parte da superfície terrestre e a um segmento da população humana”.³ Ainda segundo o autor, com relação a esse território e população, os estados possuem o que é chamado de “soberania interna” e “soberania externa”. Por soberania interna, entende-se “a supremacia sobre todas as demais autoridades dentro daquele território e com respeito a essa população”.⁴ Já a soberania externa consiste “não na supremacia mas na independência com respeito às autoridades externas”.⁵ Acrescenta-se, ainda, que, tanto a soberania interna quanto a externa existam no plano normativo e no factual, pois os estados não só afirmam essas soberanias, como também exercem na realidade tanto a supremacia interna, quanto à independência externa, não sendo propriamente um estado, a comunidade política que simplesmente afirma o direito à soberania, mas não exerce na prática esse direito.⁶

Conclui-se assim que, para que uma comunidade política seja reconhecida como estado, deve possuir o que é chamado de soberania, ou seja, a capacidade de ser a autoridade máxima em seu território, sem que nenhum outro tipo de instituição ou organização esteja acima e, frente a outros estados igualmente soberanos, seja reconhecido como soberano em relação ao seu território e população e aja

³ BULL, Hedley, op. cit., p. 13.

⁴ Idem

⁵ Idem

⁶ Idem

independente das vontades de outrem.

Nos estados modernos, a soberania é exercida pelo governo, que consiste em uma instituição – ou conjunto de instituições interligadas – do estado que torna efetiva as regras (no sentido de lei) sociais elementares. Dentro do estado, o governo se distingue de outras instituições pela capacidade de recorrer à força física, exercida através de uma força real que seja superior a comandado por outro grupo.⁷ Bull afirma que o estado possui quase o monopólio do uso legítimo da força. Quase, pois é concedido aos indivíduos certos direitos de autodefesa. Fora isso, só o governo pode empregar a força de forma considerada pela sociedade como exercício de um direito.⁸ É importante que o uso da força pelo governo seja legítimo e irresistível, ambos interligados nesse poder de coerção, pois, o colapso de legitimidade das ações coercivas do governo pode tornar possível uma relação de forças em que o poder deixa de ser irresistível. Bull exemplifica tal situação afirmando que grupos rebeldes compreendem tal interligação e consideram ações em que desmoralizam, aos olhos da população, o direito que o governo tem de usar a força tão importante quanto ações de combate ao governo com suas próprias forças.⁹

Como dito, é o governo que torna efetiva as regras sociais elementares. Regras que orientam a conduta de objetivos elementares da vida social. Tais objetivos seriam: vida, verdade e propriedade. Vida que deve ser protegida de forma a se evitar a morte e danos corporais. Verdade no sentido de que promessas feitas sejam cumpridas, e de que acordos ajustados sejam implementados. Propriedade no sentido de garantir que a posse das coisas seja estável, sem estar sujeito a desafios constantes e ilimitados. Tais objetivos não são únicos, mas sim, considerados elementares por serem pressupostos básicos buscados por indivíduos que depositam sua confiança no estado.¹⁰ Estes objetivos elementares, juntamente com a criação de regras que orientem sua conduta, buscam criar entre os indivíduos a chamada “ordem social” (entendida, neste trabalho, como ordem pública).

Para entender a ordem social, é necessário primeiro definir ordem. Para

⁷ BULL, Hedley, op. cit., p. 69.

⁸ Idem.

⁹ Ibidem, p. 69-70.

¹⁰ BULL, Hedley, op. cit., p. 9-10.

Hedley Bull,

Dizer que um conjunto de coisas demonstra uma ordem é, no sentido mais simples e mais geral, afirmar que elas estão relacionadas entre si de acordo com uma certa estrutura; que a sua relação recíproca não é fruto puramente do acaso, mas contém algum princípio discernível.¹¹

Como exemplo, o autor cita uma estante com livros, o que nos dá a idéia de ordem, diferentemente se eles estivessem no chão. Entretanto, ao se falar de ordem na vida social, fala-se de um tipo especial de ordem, onde exista “uma estrutura de conduta que leve a um resultado particular, um arranjo da vida social que promove determinadas metas ou valores”.¹² Exemplificando, Bull cita que, nesse sentido, onde buscamos um propósito (metas, valores) para a ordem, uma estante com livros, para que seja considerada como tal, não basta estarem disposto em fileiras, devem também ser ordenados segundo autor ou assunto., servindo ao objetivo de preencher a função de seleção.¹³ Bull conclui que, “na vida social a ordem é um padrão de atividade humana que sustenta os seus objetivos elementares ...”.¹⁴ Conforme visto, conclui-se que, no estado moderno, ordem social significa um grupo de indivíduos que se submetem a um estado, representado através do governo, a fim de terem seus objetivos elementares – vida, verdade, propriedade – assegurados por meio de regras efetivadas por tal instituição, valendo-se de que, dentro do (quase) monopólio do uso legítimo do poder coercitivo (força), tal governo irá garantir o cumprimento destas regras através de medidas de coerção sobre indivíduos ou grupos que as infringirem.

Não se pode falar de Hedley Bull e a Escola Inglesa sem definir o que vem a ser o seu conceito chave, a “sociedade internacional”. A teoria da sociedade internacional ou de Estados, também conhecida como teoria internacionalista ou grotiana, é pensada como uma via-média entre o sistema internacional e a sociedade mundial, expressas também como realismo e universalismo, respectivamente, ou ainda teorias hobbesianas e kantinianas. Segundo Bull, existe uma sociedade internacional quando um grupo de Estados compartilha entre si uma série de valores e interesses

¹¹ BULL, Hedley, op. cit., p. 7.

¹² BULL, Hedley, op. cit., p. 8.

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem, p. 9.

comuns, criando vínculos que são administrados por instituições, regras e normas compartilhadas por todos os membros da sociedade¹⁵. Logo, segundo os teóricos da Escola Inglesa, as relações internacionais vão muito além dos interesses egoístas dos Estados hegemônicos e pelo contrário, é possível que os Estados prefiram a cooperação ao conflito, sem necessariamente abandonar o ambiente anárquico, predominante nas relações internacionais, pois para a Escola Inglesa, mesmo na anarquia existe uma ordem entre os Estados criada a partir desses valores em comum.

Para fins de análise deste trabalho, o conceito de sociedade internacional é importante, pois, se pensar as relações internacionais existentes na região da Tríplice Fronteira, Argentina, Brasil e Paraguai formam uma sociedade internacional, onde, valores e interesses comuns levam os países à cooperação a ponto de formar uma instituição como o MERCOSUL.

A sociedade internacional, assim como a sociedade de indivíduos que formam o estado, também busca certos objetivos elementares. Cabe lembrar que, como nos objetivos da vida social, estes não são únicos, porém são elementares, primários. Segundo Bull, esses objetivos são¹⁶:

1- A preservação do próprio sistema e sociedade de estados: Os estados em sociedade desejam que eles continuem a ser a forma dominante de organização da política mundial, de fato e de direito, figurando como principais atores da política mundial;

2- Manter a soberania externa e independência dos estados individuais: Os estados buscam o reconhecimento de sua soberania interna e independência externa, ao preço de reconhecer isto em outros estados que formam a sociedade;

3- A manutenção da paz: Paz no sentido de que a ausência de guerra entre os estados membros seja situação normal no seu relacionamento, rompida apenas ocasiões especiais, segundo princípios geralmente aceitos;

4- A busca de objetivos comuns a todas a vida social: vida, verdade e propriedade: Com relação à vida, os estados cooperam para manter seu monopólio da violência em seu território, negando a outros grupos o direito de exercê-la. Só aceitam a guerra entre estados quando ela for definida em termo de causas “justas”, defendida

¹⁵ BULL, Hedley, op. cit., p. 19.

¹⁶ Ibidem., p. 22-26

por regras comuns. Entre estados, assim como entre indivíduos, a cooperação só pode ser feita através de acordos, estabelecidos na confiança de que serão cumpridos, é o chamado *pacta sunt servanda* (os contratos devem ser cumpridos). Entretanto, seguindo a doutrina do *rebus sic standibus* (se as coisas permanecerem como estão), a sociedade internacional se ajusta às pressões em favor da mudança que preconizam o não cumprimento de certos tratados. Isto é o que se entende por verdade. Quanto à propriedade, esta é reconhecida no mútuo reconhecimento de soberanias entre os estados, aceitando a esfera de jurisdição de cada um deles.

Exposto esta definição conceitual sobre o que vêm a ser, para entendimento deste trabalho, estado, ordem e sociedade, é necessário passar a um próximo passo, igualmente importante. A definição do que vem a ser segurança.

1.3 - Segurança

Citando Buzan, Waever e de Wilde, João P. Alsina Jr. define segurança como:

...uma condição de emergência que suscita a necessidade de ações extraordinárias capazes de barrar a ameaça presumida. Esta última deverá ser entendida, por definição, como uma ameaça existencial – capaz de obliterar a vida do objeto referente da segurança.¹⁷

Logo, estar seguro é uma condição onde se encontra uma “ausência de ameaças”, ou seja, ausência de dano, ou sua possibilidade.

De acordo com a Política de Defesa Nacional (PDN) brasileira, aprovada pelo Decreto N° 5.484, de 30 de junho de 2005¹⁸, a segurança pode ser enfocada a partir do indivíduo, da sociedade e do Estado, e se trata da “condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças”.¹⁹

¹⁷ ALSINA JR., João Paulo Soares. “Política Externa e Política de Defesa no Brasil: Síntese Imperfeita”. Brasília, 2006, p. 26.

¹⁸ Disponível em www.defesanet.gov.br. Acesso em 18/02/08.

¹⁹ Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto N° 5.484, de 30 de junho de 2005. P. 4.

O conceito de segurança é amplo, e abrange os campos político, militar, econômico, social, entre outros. No Brasil, as medidas que visam à segurança envolvem: “defesa nacional; defesa civil; segurança pública; políticas econômicas, de saúde, educacionais, ambientais e outras áreas, muitas das quais não são tratadas por meio dos instrumentos político-militares”.²⁰

Porém, todas estas medidas, estão inseridas no que é chamado de “segurança nacional”, que consiste na

garantia que o Estado dá ao povo de manter sua integridade territorial e cultural, seu patrimônio material, o regime de governo e as instituições. Para atingir essa finalidade, o Estado vale-se de recursos legais, instituições governamentais e ações militares, econômicas, políticas, sociais e ecológicas.²¹

Apesar de não utilizar o termo segurança nacional, a PDN de 2005, conceitua segurança como a

condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.²²

A ausência do termo segurança nacional, se dá pelo fato de que, quando o assunto segurança for relacionado à segurança do Estado, esta significa que se trata de segurança nacional.

Segundo Dreyfus, segurança nacional é caracterizada como ausência de ameaças à população, território e instituições de um Estado. Está relacionada com ameaças claras, por exemplo, a mobilidade de exércitos estrangeiros com possibilidade de ataque e, ameaças não militares, que causam danos à segurança nacional de acordo com o enquadramento do mesmo entre Estado forte ou Estado

²⁰ Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto N° 5.484, de 30 de junho de 2005. P. 4.

²¹ SEGURANÇA NACIONAL. In: Nova Enciclopédia Barsa. Rio de Janeiro: Encyclopædia Britannica do Brasil, 2001. v. 13, p. 194.

²² Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto N° 5.484, de 30 de junho de 2005. P. 4.

fraco, conforme abordado logo abaixo.²³

Dreyfus, afirma que, identificar ameaças em termos militares à segurança nacional, é um trabalho fácil, pois, basta identificar se o Estado está preparado ou não para enfrentar militarmente outro Estado ou um grupo dos mesmos. Logo,

La seguridad en términos militares estará determinada por la calidad y preparación de las fuerzas armadas, la fiabilidad y funcionalidad de alianzas militares y eventualmente, por la aplicación de mecanismos de seguridad colectiva por parte de otros Estados.²⁴

A dificuldade está em identificar ameaças não-militares, tais como o crime organizado e o tráfico de armas. Para saber se estas ameaças representam uma ameaça à segurança nacional, tem que ser feita uma análise do quão o Estado é consolidado o suficiente, o que pode caracterizá-lo como Estado forte ou Estado fraco. Esta análise, leva em conta: a coesão sóciopolítico do Estado; sua capacidade política; seu desenvolvimento socioeconômico; e sua capacidade de controle territorial. Assim, são estes índices que indicam o quanto o Estado pode ser vulnerável a ameaças como o crime organizado.²⁵ Cabe acrescentar que a condição de Estado forte ou fraco são pólos extremos, ou seja, os Estados variam em quão forte ou fraco eles são. Ainda, estas condições não são estáticas, o que significa que os Estado podem mover-se entre estes pólos de acordo com mudanças em suas variáveis de análise.

Como dito anteriormente, no Brasil, a segurança nacional é garantida por medidas que visam à segurança do Estado, como defesa nacional, segurança pública, entre outros. Para a proposta deste trabalho, é necessária a conceituação do que significam estas duas primeiras medidas, defesa nacional e segurança pública.

A PDN de 2005, define Defesa Nacional como

²³ DREYFUS, Pablo. Agenda de Seguridad em el MERCOSUR: La Triple Frontera como “espacio de inseguridad regional”. In: Trabajo de apoyo para los fundamentos y planeamiento Del Programa Internacional de Seguridad Humana (PISH). Rio de Janeiro, 2006. p. 5-6. Segundo Dreyfus, esta definição é baseada nos estudos de BUZAN, Barry (1991), *Peoples, States and Fear: An Agenda for International Security in the Post-Cold War Era (Second Edition)*, Boulder, Lynne Rienner.

²⁴ DREYFUS, Pablo, op. cit., p. 6.

²⁵ DREYFUS, Pablo, op. cit., p. 5 - 6. Levando em consideração estudos de Barry Buzan, Dreyfus desenvolveu uma tabela com indicadores que caracterizam os Estados entre fortes e fracos, de acordo com os quatro índices apresentados. Disponível no Anexo “B” deste trabalho.

o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.²⁶

A diferença entre o emprego das palavras, contando com sua carga conceitual, “segurança” e “defesa”, está no fato de que a primeira é associada a um estado de proteção, enquanto que a segunda, envolve ações, atitudes e medidas. De acordo com o General Rui Monarca da Silveira,

Enquanto a defesa envolve medidas que incluem, prioritariamente, a aplicação direta do instrumento militar, estabelecidas com base em um quadro definido de ameaças, a segurança pode estar relacionada a uma série de ameaças não-ortodoxas, para as quais não se aplica resposta militar tradicional, como, por exemplo, o crime organizado e a instabilidade política social.²⁷

Portanto, as Forças Armadas são os instrumentos de defesa do Brasil, o que não impede seu apoio a órgãos institucionais, principalmente os de segurança pública. A ela, compete a ação de defesa nacional, ou seja, ações que protejam o Estado Brasileiro de ameaças militares (praticada por Estados ou grupos organizados) externas.

Segurança Pública, refere-se a medidas de política pública para prover a segurança física dos indivíduos, de sua propriedade, assim como a salvaguarda de seus direitos e garantias, dentro de um determinado território.²⁸

O Ministério da Justiça, define segurança pública como

uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais,

²⁶ Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto N° 5.484, de 30 de junho de 2005. P. 4

²⁷ SILVEIRA, R. M. da. Segurança e Defesa – A visão do Exército brasileiro. In: Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil. Organizadores: J.R. de Almeida Pinto, A.J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos de Cooperação, 2004. vol. I. p. 171.

²⁸ DREYFUS, Pablo, op. cit., p. 10.

garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.²⁹

Logo, segurança pública é a garantia dada pelo Estado, de uma convivência social isenta de ameaça de violência, permitindo a todos o gozo de seus direitos por meio do exercício do poder de polícia, que consiste na “atividade estatal que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público”.³⁰ Assim como as Forças Armadas são os instrumentos de defesa nacional, a segurança pública é exercida através dos órgãos de segurança pública, que são os normativos, policiais e conselhos, que serão apresentados no capítulo III.

Ao final da conceituação do que vem a ser segurança nacional, segurança pública e defesa nacional, observa-se que a primeira consiste em um conceito mais amplo, que abrange os dois últimos. Porém, é necessário acrescentar o perigo de se atribuir a um problema de segurança pública, caráter de ameaça à segurança nacional, pois assim, o problema acaba adquirindo um status de desafiador à soberania e à democracia do país, gerando desconfiança por parte dos cidadãos quanto à responsabilidade e à autoridade do governo, podendo causar um “alarmismo” desnecessário, prejudicando assim, o emprego de políticas públicas de combate ao problema, ou ainda, levar o governo a ações “exageradas” para satisfazer a população.

1.4 - Crime Organizado

Uma definição importante para o estudo do tema proposto nesta pesquisa é o que significa crime organizado. Diferentemente da criminalidade comum, ou em massa, que são infrações penais impulsionadas, na maioria dos casos, por circunstâncias de oportunidade, o Departamento de Polícia Federal define a criminalidade organizada como “infrações penais programadas, difusas, sem vítimas individuais; o dano não é restrito a uma ou mais pessoas, atinge toda a sociedade”.³¹ Este tipo de criminalidade, é cometido por organizações criminosas, que se

²⁹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Conceitos Básicos, disponível em www.mj.gov.br. Acesso em 18/02/08.

³⁰ SANTIN, Valter F. Controle Judicial da Segurança Pública: Eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2004. p. 105.

³¹ Departamento de Polícia Federal. Apresentação para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal., em ocasião de sua 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de maio, 2006.

caracterizam por uma

...associação de pessoas naturais ou jurídicas, constituída de direito ou de fato, com a finalidade de praticar, reiteradamente, ações ilegais destinadas a obter e assegurar vantagens de caráter patrimonial e / ou político.³²

Seguindo com definições, para o FBI, crime organizado é “qualquer grupo tendo algum tipo de estrutura formalizada cujo objetivo primário é a obtenção de dinheiro através de atividades ilegais. Tais grupos mantêm suas posições através do uso de violência, corrupção, fraude ou extorsões, e geralmente tem significativo impacto sobre os locais e regiões do país onde atuam”.³³ Nesta mesma linha, a Interpol adota uma definição de crime organizado muito parecida, se não um resumo da primeira; “qualquer grupo que tenha uma estrutura corporativa, cujo principal objetivo seja o ganho de dinheiro através de atividades ilegais, sempre subsistindo pela imposição do temor e a prática da corrupção”.³⁴

O Fundo Nacional Suíço de Pesquisa, afirma que “existe crime organizado, especificamente o transnacional, quando uma organização tem o seu funcionamento semelhante ao de uma empresa capitalista, pratica uma divisão muito aprofundada de tarefas, busca interações com os atores do Estado, dispõe de estruturas hermeticamente fechadas, concebidas de maneira metódica e duradoura, e procura obter lucros elevados”.³⁵

Desta maneira, observa-se que, mesmo abordando o tema em diferentes palavras, todas as definições de crime organizado acima, possuem na sua essência, significados muito parecidos, sendo crime organizado um grupo de pessoas que se organizam como em uma empresa para obtenção de lucros através de atividades ilícitas.

³² Departamento de Polícia Federal. Apresentação para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal., em ocasião de sua 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de maio, 2006.

³³ MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Crime Organizado: aspectos gerais e mecanismo legais*. São Paulo. Editora Juarez de Oliveira, 2002. p. 6

³⁴ Idem

³⁵ ZIEGLER, Jean. *Os senhores do crime: as novas máfias contra a democracia*. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 55-56

As principais atividades do crime organizado são: narcotráfico; lavagem de dinheiro; contrabando de armas; desvio de material nuclear, substâncias químicas e biológicas; tráfico de seres humanos e imigração clandestina; terrorismo; biopirataria; corrupção; e crimes na Internet.³⁶

Ainda, a Polícia Federal enumera os princípios básicos de uma organização criminosa, entre os quais cabe destacar que, possuem uma estrutura hierárquica, de caráter permanente e com poder centralizado, infiltrada na administração pública, disseminando a corrupção. Contam com uma pluralidade de agentes, além de efetivos selecionados, com intuito de realizar atividades ilícitas para obtenção de lucro. Para isto, usam de conexões estratégicas, criminalidade difusa e atividades especializadas, muitas vezes cercadas de atos de violência e / ou danos invisíveis. Possuem também atuação supranacional, mobilidade operacional e mutação constante.

O crime organizado atinge um caráter transnacional (que ultrapassam os limites nacionais) quando:

- Cometido em mais de um Estado;
- Cometido em um só Estado, mas uma parte substancial de sua preparação, planejamento, direção ou controle é feito em outro Estado;
- Cometido em um só Estado, mas implica a participação de um grupo delitivo organizado que realiza atividades delitivas em mais de um Estado;
- Cometido em um só Estado, mas com efeitos substanciais em outro Estado.³⁷

Contudo, as principais Leis que tratam sobre o tema no Brasil, não definem exatamente o que é o crime organizado. São elas: a Lei 9.034/95, art. 288 do Código Penal e Lei de Tóxicos, art. 14; art. 18, III; Lei 2.889/56, art 2º, responsáveis, respectivamente, pela definição de organização criminosa (que está enunciada na lei, mas não tipificada no nosso ordenamento jurídico), associação criminosa (Lei de Tóxicos, art. 14; art. 18, III; Lei 2.889/56, art. 2º: associação para prática de genocídio) e quadrilha ou bando (Código Penal, art. 288).³⁸

³⁶ Departamento de Polícia Federal. Apresentação para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal., em ocasião de sua 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de maio, 2006.

³⁷ Idem

³⁸ Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2919> > Acesso em: 15 de março de 2008.

1.5 - Terrorismo

Por fim, é necessário definir o que vem a ser terrorismo. A primeira definição sobre terrorismo surgiu durante a Revolução Francesa, visando à prática da violência para se atingir um objetivo político. Um conceito mais aprimorado pode ser considerado como a prática da violência para “desestabilizar regimes políticos por meio da disseminação do medo e do pavor a fim de atingir um interesse político, ou seja, conquistar o poder pela força”.³⁹

O Departamento de Estado dos Estados Unidos, define terrorismo como

O emprego sistemático e premeditado da violência, contra alvos não combatentes, por grupos subnacionais ou clandestinos, a fim de coagir ou intimidar governos e sociedades, preponderantemente por motivação político-ideológica ou religiosa.⁴⁰

Peter Sederberg, define terrorismo como

(...) a ameaça ou o uso da violência com propósitos políticos quando tal ação tenciona influenciar a atitude e o comportamento de um público-alvo mais amplo, que é sua vítima imediata, e suas ramificações transcendem as fronteiras nacionais.⁴¹

O conceito contemporâneo do fenômeno do terrorismo é o que o vincula a ações de caráter predominantemente político. Seu objetivo é à busca de mudança do *status quo* de

³⁹ NETO, Francisco Paulo de Melo. “Marketing do Terror”, São Paulo: Contexto, 2002.

⁴⁰ Departamento de Estado dos Estados Unidos, apud. SILVEIRA, R. M. da. Segurança e Defesa – A visão do Exército brasileiro. In: Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil. Organizadores: J.R. de Almeida Pinto, A.J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos de Cooperação, 2004. vol. I. p. 181.

⁴¹ SEDERBERG, Peter apud WHITAKKER, David J. Terrorismo - Um retrato. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005. p.19.

seus países com uso pontual da violência, amplificada pelo uso dos meios de comunicação.⁴²

Uma característica fundamental do terrorismo é que suas ações são planejadas, calculadas e conduzidas por “quem quer que tente impor suas opiniões por um sistema de intimidação coercitiva”.⁴³

Além das questões nacionais, étnicas e religiosas, o fenômeno do terrorismo tem se manifestado como forma de contraponto dos mais fracos à ordem internacional estabelecida. Grupos ou milícias, sem se constituírem Estados nacionais, realizam ações de forma independente, sem o medo de o país a que pertencem sofrer retaliações econômico-militares das grandes potências.

Outro modo de percepção do terrorismo é a sua similaridade com a guerrilha e com crimes comuns. De fato, a guerrilha também utiliza as mesmas táticas como seqüestros, assassinatos, captura de reféns e explosões, com as mesmas intenções dos terroristas, de coação e intimidação psicológica. Porém, a diferença reside no fato de a guerrilha apresentar grupos numericamente superiores de elementos armados que operam como força militar ao conquistar e ocupar terreno, ao contrário dos terroristas que, geralmente, não agem em terreno aberto e evitam o engajamento em combate com tropas inimigas.

Em relação à criminalidade comum, a semelhança com o terrorismo está no uso extremo da violência para atingir um objetivo definido. Contudo, os criminosos agem por motivações pessoais, como adquirir dinheiro e bens materiais, sem cunho ideológico, ao passo que o terrorismo e a guerrilha anseiam pela mudança do “sistema”.

Os atentados ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro 2001 “apresentaram potencial para ocasionar mudanças importantes nas relações internacionais e na disposição mundial para tolerar tais atos”.⁴⁴ Com ampla cobertura na mídia ao redor do mundo, este ato terrorista sensibilizou toda a opinião pública mundial e colocou o terrorismo na ordem do dia nas discussões da comunidade internacional.

O que se seguiu, foi a declaração americana de guerra ao terror, com as intervenções militares no Oriente Médio (Afeganistão e Iraque). A complexidade do

⁴² WHITAKKER, David J. Terrorismo - Um retrato. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005. p.21.

⁴³ HOFFMAN apud WHITAKKER, David J. op. cit. P. 21.

⁴⁴ WHITAKKER, David J. op. cit. P. 21.

fenômeno terrorismo, torna árdua para qualquer governo a tarefa de combatê-lo. Hoje, mais do que nunca, o terrorismo não respeita fronteiras ou qualquer conceito de áreas de limitação de conflitos, ou mesmo não considera a existência de territórios neutros.

O problema afeta toda a comunidade mundial, pois os grupos terroristas espalharam-se e estão prontos a utilizar a violência de forma deliberada com o objetivo de inspirar medo e atrair publicidade para suas metas políticas.

Capítulo II: A Região da Tríplice Fronteira

Este capítulo pretende definir a região da Tríplice Fronteira. Para isto, foi dividido em quatro partes. Na primeira, a área é apresentada, com informações sobre sua geografia, população e economia. Na segunda parte, são apresentadas quais são as principais atividades ilícitas presentes. As suspeitas de atividades terroristas são abordadas na terceira parte do capítulo e, por fim, na quarta parte, os problemas são comparados para se entender qual é realmente o maior problema da região, ou seja, o que deve ser combatido com mais afinco por parte das autoridades.

2.1 - Tríplice Fronteira: uma abordagem física

A Tríplice Fronteira compreende uma área delimitada pelas cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad Del Este. A cidade de Foz do Iguaçu está localizada no Estado do Paraná, no Brasil. De acordo com o IBGE, a cidade possui uma população de 311.336 habitantes (IBGE, 2007) e compreende uma área de 618 km²⁴⁵. Em 2005, o PIB da cidade atingiu R\$ 4.853.331,00⁴⁶. Puerto Iguazú é uma cidade da Província de Misiones, na Argentina, e conta com uma população de 31.515 habitantes (INDEC, 2001), localizada em uma área de 766 km²⁴⁷. Por fim, Ciudad Del Este é uma cidade do Departamento de Alto Paraná, no Paraguai, e possui uma população de aproximadamente 223.350 habitantes (2002), com crescimento de 5,3% a.a. (2002)⁴⁸.

De acordo com Bartolomé (Bartolomé, 2003), o auge da área começou em 1970, com a construção da hidrelétrica de Itaipu, o que levou a criação de povoados, instalação de indústria que se aproveitavam de energia barata, e a expansão do setor de

⁴⁵ IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 12/12/2007.

⁴⁶ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 12/12/2007.

⁴⁷ INDEC. Disponível em <http://www.indec.mecon.ar>. Acesso em 12/12/2007

⁴⁸ D.G.E.E.C. Censo Nacional de Población y Viviendas 2.002. Disponível em <http://www.mcde.gov.py/v02/principal.php>. Acesso em 12/2/2007.

serviços para atender aos novos moradores e empresas ali instaladas ⁴⁹.

As cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este são as principais impulsionadoras da economia da região e são unidas pela Ponte Internacional da Amizade, que conta com um fluxo de trânsito de 40.000 pessoas por dia, aproximadamente, que a atravessam quase sem nenhum tipo de fiscalização⁵⁰. Esse número chega a atingir a cifra de 60.000 pessoas nos finais de semana, com no mínimo a metade do número em veículos.

A deficiência da fiscalização na ponte é evidenciada por Bartolomé com a constatação de que menos de 10% dos pacotes e malas que atravessam a ponte são fiscalizados, abrindo as portas para o “tráfico ilegal de armas drogas e todo tipo de contrabando”.⁵¹

A Ponte Tancredo Neves, que liga Foz do Iguaçu a Puerto Iguazú completa as vias de ligação entre as cidades da região e conta com um tráfego de pessoas muito menor, estimado em 4 mil pessoas por dia, o que não garante que a fiscalização seja suficiente. A grande diferença no fluxo de pessoas entre as pontes se dá pelo fato de que no lado Paraguaio, pequenos vendedores brasileiros (conhecidos como sacoleiros) encontram produtos com os menores preços da região e atravessam a Ponte da Amizade para adquirir esses produtos baratos e revenderem em seu País. Os sacoleiros atravessam a ponte de 5 a 6 vezes ao dia, chegando a obter 30% de lucro⁵².

A população que reside na região da Tríplice Fronteira possui uma heterogeneidade destacada, cujas principais comunidades são as chinesas, libanesas e coreanas⁵³, sendo o grupo de chineses o maior, com cerca de 30.000 pessoas, somente em Ciudad Del Este.⁵⁴ A comunidade árabe é considerada uma das maiores da América do Sul, atrás apenas da radicada em São Paulo, sendo que a maior parte da

⁴⁹ BARTOLOMÉ, M. C. A Tríplice Fronteira: principal foco de insegurança no Cone Sulamericano. *Military Review*. 2º Trim. 2003. p. 22.

⁵⁰ IACOMINI, Franco, “Fronteira sem lei: A divisa com o Paraguai é a dor de cabeça do Mercosul”. *Veja*, São Paulo, No. 1541, Abril 8, 1998.

⁵¹ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 22.

⁵² Idem.

⁵³ GRINBAUM, R. apud. HUDSON, Rex. *Terrorist and Organized Crime Groups in the Tri-Border Area of South America*, Divisão Federal de Pesquisa, Biblioteca do Congresso (Washington, DC: Government Printing Office [GPO]), julho de 2003. p. 8.

⁵⁴ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 26.

comunidade (cerca de 12 mil pessoas⁵⁵) reside em Foz do Iguaçu⁵⁶, cidade que possui uma população onde encontramos mais de 65 diferentes nacionalidades.

Na região, o português é o idioma mais falado, mas também encontramos o guarani, falado em geral pelos paraguaios mais pobres, árabe, espanhol, chinês e coreano. Tal diversidade na região se mostra bastante preocupante, pois se calcula que, de cada cinco imigrantes, um não tenha visto para viver em nenhum dos três países. Também é comum, por exemplo, que imigrantes que possuam visto paraguaio morem em Foz do Iguaçu desejando melhores condições de vida. A Polícia Federal estima que existam, aproximadamente, cerca de 15.000 imigrantes ilegais na região, a maioria do lado paraguaio⁵⁷.

Economicamente, Ciudad Del Este destaca-se, principalmente por ser reduto de produtos contrabandeados, tráfico de drogas, armas e seres humanos, organizações mafiosas, além de crimes comuns e suspeitas de atividades de células terroristas, como abordado mais adiante. Graças ao crime organizado, a cidade é terceira maior em volume de transações financeiras, atrás apenas de Hong Kong e Miami, chegando a atingir US\$ 12 bilhões em 1994 e, em 2001, tornar a economia da cidade maior que a do resto do país. Em toda a América Latina, a relativamente pequena comunidade árabe da cidade é a mais próspera e influente da região⁵⁸.

Mas, o retrato de Ciudad Del Este como paraíso de produtos baratos tem sido gradativamente reduzido por regulamentações impostas por Brasil e Argentina. Depois que o Brasil adotou um sistema aduaneiro integrado para o combate ao contrabando, o comércio entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este diminuiu consideravelmente, aliado a isso, temos ainda a imposição da Argentina restringindo ao comercio o montante de US\$ 100.00 para mercadorias não duráveis e US\$ 150.00 para mercadorias duráveis na região, a redução por parte do Governo brasileiro do montante de US\$ 500.00 para US\$ 150.00 referente às compras mensais permitidas

⁵⁵ Segundo Bartolomé, “a validade desse número é relativa, por que existe muita miscigenação e os dados são baseados em uma anistia à imigração ilegal de 1998”. BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 23.

⁵⁶ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 26.

⁵⁷ IACOMINI, Franco. “Fronteira sem lei: A divisa com o Paraguai é a dor de cabeça do Mercosul”. *Veja*, São Paulo, No. 1541, Abril 8, 1998.

⁵⁸ HUDSON, Rex. *Terrorist and Organized Crime Groups in the Tri-Border Area of South America*, Divisão Federal de Pesquisa, Biblioteca do Congresso (Washington, DC: Government Printing Office [GPO], julho de 2003. p. 11-12.

aos sacoleiros e o aumento da segurança na área, o que leva a diminuição do comércio, principalmente ilegal⁵⁹.

2.2 - Principais atividades ilícitas na região

As atividades criminosas na região da Tríplice Fronteira são diversas, embora esteja concentrada principalmente no contrabando e na falsificação. Segundo Hector Guerín, diretor de jornalismo em Ciudad Del Este, o maior problema da Tríplice Fronteira não é o terrorismo, pois, segundo ele, em 18 anos investigando a região, nunca provou evidências de atividades terroristas, mas afirma que o contrabando e a corrupção crescem constantemente, alimentado pelo mercado negro⁶⁰. O crime organizado está presente principalmente em Ciudad Del Este, onde são observadas organizações como a Yakuza japonesa, os cartéis colombianos e mexicanos, as máfias nigerianas, libanesas, coreanas, russas e principalmente chinesas⁶¹. De acordo com Clarif Hammoud, libanês, presidente da União de Importação da Ciudad Del Este,

Aqui ninguém sabe que porcentagem de negócios são lícitos e que porcentagem são ilícitos. Ciudad Del Este merece a fama que tem: há falsificação, contrabando, tráfico de drogas e armas.⁶²

Bartolomé afirma que,

Embora Hammoud mencione o tráfico de drogas, esse não é o maior problema existente na área da Tríplice Fronteira. Esse tráfico também existe em outras áreas fronteiriças situadas mais ao norte.⁶³

O autor ainda informa que , em 2001, a Polícia Federal confiscou 12,4 toneladas de maconha que haviam entrado no Brasil via Ciudad Del Este, o que, em São Paulo, poderia ter sido revendida por um preço 400% maior do que o vendido na

⁵⁹ HUDSON, R., op. cit., p. 11-12.

⁶⁰ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit.

⁶¹ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 24.

⁶² HAMMOUD, Clarif, apud, BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 24.

⁶³ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 24.

fronteira.⁶⁴

2.2.1 - Contrabando

O contrabando na área da Tríplice Fronteira, está concentrado em contrabando de bebidas, cigarros, roupas, eletrodomésticos, produtos eletrônicos, armas, químicos controlados, biopirataria e drogas, com o ônus de perdas humanas e imensos prejuízos para as indústrias brasileiras e argentinas.⁶⁵ Com relação ao Paraguai, Procópio afirma que,

(...) o Paraguai nada lucrou, pagando caríssimo por sua convivência com o crime. Em vez de industrializar-se, transformou-se em empório subdesenvolvido de quinquilharias descartáveis. Seus cidadãos normalmente são balconistas, “laranjas” e carregadores de malas dos comerciantes chineses, libaneses e coreanos lá instalados como patrões.⁶⁶

Além dos países da região, outros países sofrem com o contrabando como os Estados Unidos e o Japão, aonde produtos vindos da Ásia (principalmente Hong Kong, Taiwan e Malásia), chegam a Ciudad Del Este e são contrabandeados sob etiquetas de marcas famosas.

Ciudad Del Este figura como epicentro do contrabando devido à legislação paraguaia, que permite que a mercadoria seja patenteada no Registro Nacional de Marcas Internacionais, desde que ainda não registrada no país. Bartolomé exemplifica esse quadro com a ocasião de quando a multinacional Bayer foi levada à justiça por um ex-presidente da União Industrial Paraguaia, que havia patenteado em seu nome a “aspirina”.⁶⁷ Para se ter uma idéia, somente o contrabando ilegal de música e imagens gravadas em CD, cassete e outros, mobiliza capitais calculados em 150 milhões de dólares por ano.⁶⁸

⁶⁴ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 24.

⁶⁵ PROCÓPIO, Argemiro. “*O Brasil no Mundo das Drogas*”. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999. p. 178.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 25.

⁶⁸ Idem.

Segundo Hector Guerín, citado por Bartolomé, o contrabando entra por Ciudad Del Este por duas vias principais. Se for de origem do extremo oriente, entra por Foz do Iguaçu, vinda dos portos de Santos ou Paranaguá. Se for de Miami, entram na região pelos portos de Santos, no Brasil, de Montevideu, no Uruguai e de Buenos Aires, na Argentina.⁶⁹ Quando sai de Ciudad Del Este, em sua maior parte, o contrabando utiliza-se das mesmas vias de entrada. Também sai ilegalmente pelas fronteiras aéreas, terrestres e fluviais.⁷⁰

Outra forma importante de contrabando na Tríplice fronteira, é o de automóveis produtos de furto ou roubo, principalmente oriundos da Argentina, de onde são retirados anualmente mais de 6.000 veículos.⁷¹

Para se ter uma idéia do montante contrabandeado na Tríplice Fronteira, basta observar as apreensões da Receita Federal na região. Somente em 2006, a Receita Federal apreendeu R\$ 160 milhões em mercadorias irregulares que haviam chegado em Foz do Iguaçu pelo Paraguai, representando um aumento de 24% ao registrado no ano anterior, que chegou a R\$ 130.8 milhões. Deste número, R\$ 24.7 milhões representam aparelhos de informática, R\$ 24.3 milhões em eletrônicos, R\$ 23.8 milhões em cigarros e cerca de R\$ 90 milhões representam as demais categorias como CD's, DVD's, brinquedos e bebidas.⁷²

Somados a este número o montante que passa pela fiscalização e não possui números estimados, pode-se ter uma idéia da imensa perda financeira para o mercado brasileiro devido ao contrabando, lembrando que esses números só se referem às mercadorias com acesso por Foz do Iguaçu, não contabilizando as demais regiões do Brasil que servem de entrada para o contrabando.

2.2.2 - Presença da Máfia

⁶⁹ BARTOLOMÉ, 25, citando “Ciudad del Este: Árabes sob Suspeita”, *O Estado de São Paulo*, 17 de setembro de 2001.

⁷⁰ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 26.

⁷¹ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 25.

⁷² “Apreensões da Receita Federal em Foz do Iguaçu totalizam R\$ 160 mi em 2006”, *Folha Online*, 24 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113980.shtml>. Acesso em 28/12/2007.

Como dito anteriormente, a grande comunidade chinesa em Ciudad Del Este, aliada ao comércio ilegal de mercadorias asiáticas, resultou na presença da máfia chinesa na região. O principal meio de arrecadação de dinheiro da máfia é por meio de extorsão, onde são cobradas dos comerciantes chineses taxas para “proteção” e impostos sobre os contêineres vindos da Ásia. Quando o importador é a própria máfia, os comerciantes chineses, para não sofrerem represálias, são obrigados a adquirirem somente mercadorias fornecidas por ela.⁷³

Em 1995, a Polícia Federal afirmou que a máfia nigeriana operava em várias cidades brasileiras, incluindo Foz do Iguaçu. De acordo com autoridades uruguaias, a Yakuza japonesa está presente em Ciudad Del Este. Apesar destas informações, as atividades mafiosas não são claramente relatadas.⁷⁴

Em 1996, membros da máfia Russa começaram a explorar o Paraguai como fizeram na Colômbia, Argentina e no Brasil. Eles buscavam contatos com as máfias dos países do Mercosul, principalmente naqueles que operavam nas zonas de tráfico de drogas de Pedro Juan Caballero – Ponta Porã e Ciudad Del Este – e Foz do Iguaçu. A intenção era de se aliarem com as máfias sul-americanas para maximizar a distribuição de cocaína na Europa.⁷⁵

2.2.3 - Lavagem de Dinheiro

A lavagem de dinheiro é um dos maiores problemas da Tríplice Fronteira. Dela, surgem as principais denúncias de financiamento ao terrorismo na região. Por isso é importante entendermos o que vem a ser o “dinheiro sujo” que necessita de “lavagem”. De acordo com Procópio,

Dinheiro sujo não é somente aquele oriundo de práticas comerciais ilegais ou da ação econômica criminosas. Mesmo os recursos provenientes de fontes lícitas mas que buscam fugir de sua responsabilidade fiscal e tributária são considerados sujos, uma vez que precisam de lavagem, quer dizer,

⁷³ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 26

⁷⁴ HUDSON, R., op. cit., p. 41.

⁷⁵ Ibidem, p. 46.

necessitam de status legal.⁷⁶

Observado a definição de Procópio sobre o que vem a ser dinheiro sujo e lavagem de dinheiro, é necessária a compreensão do por que desse processo ser tão “popular” no Brasil, para aí sim, entendermos como ele ocorre na Tríplice Fronteira.

A lavagem de dinheiro no mundo, atinge um quarto da economia mundial, onde, estimasse que só no Brasil, o montante de dinheiro “lavado” pode chegar a até R\$ 6 bilhões.⁷⁷ Em entrevista à revista *Época*, em 2004, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, um dos maiores especialistas do Brasil sobre o tema, diz que até meados de 1990,

... o Brasil não era um país propício à lavagem de dinheiro por causa da inflação alta. Era uma barreira quase natural. Assim como as pessoas do mercado formal não aplicavam dinheiro no país por causa da inflação, lavar dinheiro no Brasil também não valia a pena. No dia seguinte, o dinheiro já estaria desvalorizado. Com a abertura econômica a partir do governo Collor e com a relativa estabilização conseguida com o Plano Real, o Brasil virou um país propenso à lavagem. O desenvolvimento de um sistema financeiro sofisticado também ajudou. Nós temos diversos sistemas cambiais legais no Brasil, e isso facilita o trabalho dos doleiros. Para cada tipo de investimento há uma brecha. É um supermercado de produtos financeiros, o que dificulta a fiscalização. Outro problema é a nossa economia informal, que dá margem a formas mais precárias de lavagem.⁷⁸

Segundo o Ministro, o dinheiro lavado no Brasil, em grande parte, é fruto de crimes contra a administração pública, através da corrupção e, em menor escala, através da sonegação fiscal, onde, operações que resultaram na prisão de doleiros em todo o Brasil, revelaram que, parte do dinheiro movimentado, vinha de caixa dois de grandes empresas e corporações.⁷⁹

Novas táticas de lavagem de dinheiro também vêm sendo adotadas, como: através de ONG's, por não possuírem registro no Banco Central; igrejas de fachada

⁷⁶ PROCÓPIO, A., op. cit., p. 188.

⁷⁷ ESCOSTEGUY, Diego. “*Lava-Jato de Dinheiro*”. *Época*, São Paulo, No. 335, 18 de outubro, 2004.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem.

utilizadas para o envio de grandes remessas de dinheiro ao exterior; bingos, onde a lavagem é facilitada pela movimentação de dinheiro em espécie com maior número de pessoas anônimas; além de transações imobiliárias, criação de gado, compra de bilhetes de loteria e investimentos em hotéis e restaurantes.⁸⁰

Ainda segundo o Ministro Dipp, o sistema financeiro é vulnerável à prática de lavagem de dinheiro pois permite inúmeras transações sofisticadas, além de contar com a criatividade das pessoas que cometem este tipo de atividade ilícita, Exemplificando, o Ministro cita que,

... o Banco Central está fazendo uma blindagem, e a lavagem por meio do sistema financeiro vem diminuindo. Um exemplo são as contas CC5 (*exclusivas para não-residentes no Brasil*), utilizadas de forma ilegal. Hoje, o monitoramento dessas contas é muito grande, tanto que o movimento vem caindo sensivelmente. Então, a lavagem de dinheiro parte para outros tipos de movimentação. A pessoa que quer lavar dinheiro recorre a um doleiro, que usa a chamada conta-ônibus, uma espécie de conta de compensação dos lavadores internacionais. Dessa conta vai para outra, do doleiro, e só então segue para um paraíso fiscal. Quando o cliente precisa do dinheiro, pede ao próprio doleiro. Para se descobrir isso, só quebrando sigilo ou com escuta. Hoje, as táticas de lavagem de dinheiro mudam conforme avançam as blindagens feitas pelos governos. Por isso que eu digo que o método mais eficaz de lavagem de dinheiro é aquele que nós ainda não conhecemos.⁸¹

A lavagem de dinheiro na região da Tríplice Fronteira adota várias formas citadas pelo Ministro Dipp, dentre as quais Bartolomé destaca as inversões imobiliárias, o jogo de Cassino na cidade de Acaray e, a lavagem através do circuito financeiro, onde salienta que aproximadamente “50% das transações bancárias que ocorrem em Ciudad Del Este pertencem a essa última categoria, transgredindo a Lei 1025 que, no Paraguai, penaliza bancos que realizam esse tipo de operação”.⁸²

Outra constatação do autor é que “não parece existir coincidência entre as somas de dinheiro ilegal que tramitam nos circuitos bancários daquela área, pois as

⁸⁰ ESCOSTEGUY, Diego. “Lava-Jato de Dinheiro”. *Época*, São Paulo, No. 335, 18 de outubro, 2004. Idem.

⁸¹ Idem.

⁸² BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 27.

cifras negociadas diferem muito entre si”.⁸³ Bartolomé chega a essa constatação citando declarações do presidente da filial do Banco ABN Amro em Ciudad Del Este, feitas em 2000, onde afirmou que em Ciudad Del Este haveria uma lavagem de dinheiro anual de US\$ 3 bilhões, fruto de cinco fontes principais: contrabando, fraudes, assaltos, evasão de impostos e tráfico de drogas e armas. Em contrapartida, dados oficiais brasileiros afirmam que foram retirados dos bancos e casas de câmbio em Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este US\$ 6 bilhões, dos US\$ 11 bilhões mobilizados no Brasil na forma de fraudes financeiras e evasões entre 1999 e 2001.⁸⁴

No Brasil, o método de evasões de divisas consiste em efetuar ou transferir depósitos em casas de Câmbio em Foz do Iguaçu, de onde são distribuídas para contas do tipo CC-5 (conta de residente no exterior) em casas de câmbio no Paraguai. Muitas vezes, documentos falsos são utilizados para a abertura das contas, dificultando a investigação.

2.2.4 - Tráfico de seres humanos, armas e drogas

2.2.4.1 - Tráfico de Seres Humanos e Exploração Sexual

Quanto ao tráfico de seres humanos, a Tríplice Fronteira é uma das regiões com maior incidência deste crime na América do Sul, facilitado pela falta de controle no fluxo de pessoas na região. As vítimas são atraídas por anúncios de vagas de empregos em hotéis, restaurantes e agência de modelos em grandes cidades do Brasil, Argentina, Espanha entre outras. Em geral, a promessa de bons salários e facilidades como ajuda por parte dos empregadores na obtenção de documento de migração, pagamento de passagens de ida, adiantamentos e empréstimos, levam a procura de pessoas voluntariamente.

Ao chegarem ao local prometido, as mulheres são forçadas a se prostituírem sob ameaças de morte ou retaliação aos parentes no país de origem. Os homens, geralmente adolescentes, podem ter o mesmo destino ou serem forçados a trabalharem como “soldados” de organizações criminosas envolvidas com o tráfico de armas e

⁸³ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 27.

⁸⁴ Idem.

drogas e contrabando. Quando “terminam” o ciclo de serviços prestados, as vítimas, geralmente, só conseguem sua liberdade após ajudarem as quadrilhas a cooptarem novos “voluntários”. Além de ameaças à própria vida e a de seus familiares, as quadrilhas conseguem o silêncio das vítimas através do medo delas de sofrerem reprovações públicas e humilhações.⁸⁵

Somente no Paraguai, entre 2000 e 2004, foram identificados 118 casos de tráfico interno (30%) e internacional (70%), envolvendo 350 mulheres adultas e 145 adolescente, tendo como principal destino à Argentina.⁸⁶ Contando o fato de 45% da população da Tríplice Fronteira ser de crianças e adolescentes, esses são grandes vítimas de tráfico exploração sexual. Segundo apurado pela CPMI da Emigração Ilegal,

Filhos de brasileiros nascidos no Paraguai e paraguaios têm ido a Foz do Iguaçu para mendigar e usar drogas, como o crack, que é mais barato no Brasil, ou para prostituírem-se, a ponto de crianças de cidades vizinhas à Foz, vindas de Medianeira, Matelândia, São Miguel do Iguaçu, por exemplo, irem de ônibus a Foz ou a cidades paraguaias para se prostituírem e, depois, retornarem para casa. Essas crianças e adolescentes, muitas vezes, são inicialmente envolvidas em atividades de “sacoleiros”, que são pessoas encarregadas de viabilizar o descaminho e o tráfico entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, e, posterior ou concomitantemente, são aliciadas para a exploração sexual comercial.⁸⁷

2.2.4.2 - Tráfico de armas e drogas

A entrada de armas no Brasil através do contrabando é um dos grandes problemas enfrentados pelo país, pois, os crescentes índices de violência são impulsionados por pessoas envolvidas nos mais diversos tipos de crimes, e que estão cada vez mais equipados com armas e munições ilegais. Como agravante desta

⁸⁵ WOJCIECHOWSKI, Guilherme D.. “O tráfico de pessoas na Tríplice Fronteira”. Sopa Brasiguaiia.com. 27 de maio, 2007. Disponível em: <http://sopabrasiguaiia.blogspot.com/2007/05/o-trfco-de-pessoas-na-trplice.html>. Acesso em 10/01/2008.

⁸⁶ Relatório final da CPMI da Emigração Ilegal, p. 297. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/comissoes/CPI/Emigracao/RelFinalCPMIEmigracao.pdf>. Acesso em 10/01/2008.

⁸⁷ Relatório final da CPMI da Emigração Ilegal, op. cit., p. 298.

situação, observa-se a grande dificuldade da fiscalização do país em combater a entrada de armas ilegais, como constatado pela CPI que investigou o tráfico de armas no Brasil, em 2006, onde,

a agilidade dos operadores do mercado negro de armas pesadas permite manobras rápidas como ocorrida na Cidade Del Leste que estimula o surgimento de novas conexões. Com o fechamento de grande parte da fronteira norte do país pelo Sivam, combinado com o poderoso reforço da presença militar na região, que desde 1997 recebeu 23 mil soldados, o tráfico de armas redescobriu as rotas do Cone Sul.⁸⁸

Com a colocação desta CPI brasileira, podemos perceber que esse tipo de tráfico é um dos grandes problemas da região da Tríplice Fronteira, especialmente para o Brasil, onde a fronteira com o Paraguai é a principal rota do tráfico que abastece o mercado ilegal e “militariza o crime organizado e o narcotráfico do Brasil”.⁸⁹ Segundo a CPI,

o armamento é adquirido com facilidade em Assunção e sobretudo nas cidades fronteiriças de Pedro Juan Caballero e Ciudad Del Este, desembarcando no Brasil através da Ponte da Amizade, do Lago de Itaipu e do rio Paraná. O transporte é feito por ônibus, barcos, balsas e até por avião. O transporte pesado é feito por balsas, aguardadas por caminhões e picapes do lado brasileiro. Os ônibus são os mesmos utilizados por sacoleiros. É o denominado tráfico “formiguinha”, em que os contrabandistas misturam armas e munições com aparelhos de som, roupas e outros objetos para burlar a fiscalização, se houver.⁹⁰

Ainda,

Os ônibus costumam cruzar a fronteira em comboios de até 200 veículos, distantes menos de meio metro um do outro, dificultando a fiscalização,

⁸⁸ Relatório final da CPI do Tráfico de Armas., p. 77. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias/cpi/encerradas.html/cpiarmas/Relatorio%20Final%20Aprovado.pdf>. Acesso em 11/01/2008.

⁸⁹ Relatório final da CPI do Tráfico de Armas., op. cit., p. 62.

⁹⁰ Idem.

pois se parar um há o risco de colisões em série, com graves transtornos. As armas grandes vêm desmontadas, em peças separadas, conduzidas por pessoas diferentes, inclusive mulheres, para impedir a identificação. À noite, o transporte costuma ser feito em pequenos barcos, camuflados pela escuridão, que dificulta a vigilância. (...) Tanto do lado paraguaio, como do brasileiro, os criminosos contariam muitas vezes com a conivência policial. Além de casos de suborno, há o de policiais que fariam vistas grossas, confundindo armas com brinquedos, eletrônicos, calçados, ferramentas e objetos do gênero.⁹¹

A peculiaridade está no fato de o Paraguai ser um grande distribuidor dessas armas ilegais, mas não fabricá-las, além de que, em sua maioria, os crimes no Paraguai são cometidos com armas brancas. Grande parte das armas ilegais que adentram no Brasil através da região, é de origem brasileira e foram exportadas para o Paraguai em processo lícito. Isso se dá pelo fato de que antes de 2000, o Brasil exportava armas livremente para o Paraguai, que, uma vez no país destino, retornavam ao país de origem em forma de contrabando.

Em 2000, o Brasil passou a exportar somente para Forças Armadas e órgãos de segurança pública, o que reduziu drasticamente as importações paraguaias. Exemplo disso é que, em 1997, o Paraguai importou 14.538 armas de fogo do Brasil, passando para 930 em 2000 e apenas 100 em 2004.⁹²

Com isso, fica evidenciado que o contrabando de hoje é resultado do excedente do período de exportação. Prova disso é comprovado no depoimento do Delegado Rodolfo Waldeck à CPI do Tráfico de Armas, afirmando que 80% das armas contrabandeadas no Rio de Janeiro pertenciam às empresas paraguaias Perfecta Sami e Agrícola San Felipe, que exportadas do Brasil para o Paraguai, foram vendidas e retornaram ao Brasil contrabandeadas.⁹³

Outro problema é que o Paraguai não possui saída para o mar e tem um acordo com o Brasil em que fica cedido o privatizado Porto de Paranaguá, arrendado pelo Paraguai a uma empresa multinacional, e que, segundo as práticas e regras

⁹¹ Relatório final da CPI do Tráfico de Armas., op. cit., p. 63.

⁹² DREYFUS, Pablo. Agenda de Seguridad em el MERCOSUR: La Triple Frontera como “espacio de inseguridad regional”. In: Trabajo de apoyo para los fundamentos y planeamiento Del Programa Internacional de Seguridad Humana (PISH). Rio de Janeiro, 2006. p.7.

⁹³ Relatório final da CPI do Tráfico de Armas., op. cit., p. 66.

internacionais, os contêineres em trânsito via um terceiro país, não podem ser abertos até que cheguem ao seu destino, salvo ordens judiciais. Esses contêineres são possíveis rotas de entradas de armas, drogas e contrabandos para o Paraguai, que, uma vez em seu destino, são distribuídos para o Brasil e Argentina.^{94 95}

Segundo Gerson Pitta Lopes, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em depoimento à CPI do Tráfico de Armas, 66% das armas que chegam ao Brasil saem do Paraguai e, os outros 34% saem dos Estados Unidos, Argentina, Bolívia, Filipinas e Uruguai.⁹⁶

Em menor grau que o Paraguai, a Argentina também é um corredor para a entrada de armas no Brasil, mesmo que às vezes em conexão com cidades paraguaias. Geralmente o armamento sai da Argentina cruzando a fronteira com o Paraguai e entra no Brasil através do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Puerto Iguazú é a mais nova conexão do tráfico de armas. O pequeno tamanho da cidade, possuidora de uma mata densa e deserta, com fiscalização de apenas um posto de guarda, aliado aos baixos salários do pessoal ligado à segurança e defesa (que aumentam sua receita traficando armas), contribuem para o sucesso dessa rota, que tem como principais produtos armas de fabricação americana, belga, alemã e local.⁹⁷

Um dado importante a se destacar é que, somente no Rio de Janeiro, 11% dos fuzis e pistolas apreendidas pela polícia na última década e 23% das granadas de mão (modelo FMK-2, de fabricação recente) também apreendidas, são de fabricação Argentina. Esse mesmo tipo de arma também é utilizado na própria Argentina por grupos criminosos especializados em roubos a bancos, transporte de valores, cargas e seqüestros, aumentando a insegurança no país.⁹⁸

Com relação ao tráfico de drogas, o Paraguai é a grande figura. Estima-se que 80% da maconha e 30% da cocaína consumida no Brasil sejam de origem paraguaia.⁹⁹ Embora esses sejam números preocupantes, a forma de entrada no país e

⁹⁴ DREYFUS, P., op cit., p.16.

⁹⁵ Relatório final da CPI do Tráfico de Armas., op. cit., p. 65.

⁹⁶ Ibidem, p. 67.

⁹⁷ Relatório final da CPI do Tráfico de Armas., op. cit., p. 77.

⁹⁸ DREYFUS, Pablo, op cit., p.22-23.

⁹⁹ EDWARD, José. *"Fronteiras: 1300 quilômetros abertos ao tráfico"*. Veja Online. Edição 1990. 10 de

a rota do tráfico de drogas, não possuem ligações expressivas com a região da Tríplice Fronteira objeto deste estudo. Apesar de não descartar que a droga entre por essa rota, o que de fato ocorre, o tema sobre tráfico de drogas não será destacado.

2.3 - Terrorismo na região

Como dito anteriormente, a comunidade árabe radicada na região é bastante significativa. 90% da comunidade árabe residente em Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este é de origem libanesa e possuem parentes no Vale do Bekaa, no Líbano, principal foco de atividade do Hezbollah, grupo xiita libanês pró-iraniano, considerado como terrorista pelos Estados Unidos, Inglaterra, Israel e mais três países.¹⁰⁰

Não é segredo que a comunidade árabe da região envie dinheiro para o Líbano, e nem que parte desse dinheiro pode chegar ao Hezbollah, como diz Mohammed Naser, um dos líderes da comunidade libanesa em Foz do Iguaçu, em entrevista ao jornal La Nación, em 24 de maio de 1998:

Quando somos imigrantes sabemos que não podemos esquecer de ajudar aqueles que ficaram no nosso país. Muito menos quando esse país está em guerra (...) uma vez por mês, ou quando podemos, enviamos dinheiro para a nossa gente (...) alguns têm familiares que são parte do Hezbollah mas, sem dúvida, esses não são os únicos que ajudam ao movimento. As contribuições importantes são feitas pelas associações de empresários...¹⁰¹

O problema está no fato de o Hezbollah ser considerado pelo Brasil como um partido político, e recebe muito dinheiro vindo da Tríplice Fronteira, mas, relacionar este dinheiro enviado com o financiamento do terrorismo é difícil, pois, como o dinheiro comprovadamente enviado foi obtido de forma lícita e, enviado ao Líbano de forma lícita, o governo brasileiro fica impedido de coibir seu envio e, uma vez no destino, o fim deste dinheiro está fora do alcance do Brasil.¹⁰²

janeiro de 2007. Disponível em : http://veja.abril.com.br/100107/p_070.html . Acesso em 11/01/2008.

¹⁰⁰ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 23.

¹⁰¹ NASER, Mohammed. apud. BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 23

¹⁰² ESCOSTEGUY, Diego. "Lava-Jato de Dinheiro". *Época*, São Paulo, No. 335, 18 de outubro, 2004.

As suspeitas da presença de terroristas na Tríplice Fronteira, remontam à década de 80, onde o Serviço Nacional de Inteligência (SNI), do Brasil, hoje já extinto, investigou negociantes libaneses, atuantes em Ciudad Del Este e Puerto Iguazú, e que, coletavam verbas para organizações palestinas através da realização de atividades sociais para a comunidade árabe residente na área.¹⁰³

No entanto, é na década de 90 que as preocupações aumentaram, em razão de dois ataques terroristas sofridos pela Argentina; em 1992, onde a Embaixada de Israel em Buenos Aires foi atingida por um carro-bomba, levando a morte de 29 pessoas e deixando mais de cem feridos e, em 1994, onde um atentado à Associação Mutual Israelita Argentina (Amia), também em Buenos Aires, provocou a morte de 86 pessoas. Ambos os atentados, segundo as autoridades argentinas, foram orquestrados por militantes do Hezbollah e que, tiveram acesso ao país através da Tríplice Fronteira, fato que foi denunciado às autoridades por testemunhas.¹⁰⁴

Para a apuração da autoria dos atentados, o governo argentino, levou em consideração opiniões de peritos internacionais em questões de terrorismo, que atribuem quatro características que facilitam o terrorismo na região: um fluxo de tráfico ilegal e criminalidade organizada, permitindo aos terroristas ocultar e dissimular suas atividades; a provisão de armas e materiais para cometer o atentado; a existência de elementos criminosos que se pode recrutar e incorporar à operação; e, um anti-semitismo latente, suscetível de ser explorado.¹⁰⁵

Em 1995, sabe-se que Khalid Shaikh Mohammed, um dos mentores dos ataques ao World Trade Center (WTC), Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001, passou cerca de 20 dias no Brasil. O objetivo da viagem seria o de visitar integrantes da comunidade muçulmana de Foz do Iguaçu e ajudar a fundar uma entidade beneficente que seria financiadora da Al Qaeda. Hoje, depois de ser capturado no Paquistão, Khalid está preso na base americana de Guantánamo, Cuba.¹⁰⁶

Já no ano de 1996, foi descoberto pela Polícia Federal brasileira que, na

¹⁰³ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 28

¹⁰⁴ MACHADO, Matheus, “Fronteira: Os Terroristas estão aqui?”. *Época*, São Paulo, No. 460, Março, 9, 2007.

¹⁰⁵ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 28 – 29.

¹⁰⁶ MACHADO, Matheus, “Fronteira: Os Terroristas estão aqui?”. *Época*, São Paulo, No. 460, Março, 9, 2007.

comunidade árabe de Foz do Iguaçu, se encontrava o libanês Marwan Al Safadi, perito em explosivos, considerado pelos Estados Unidos como participante dos atentados ao WTC, realizado em 1993. Al Safadi tentou escapar da polícia brasileira, indo para Assunção, no Paraguai. Entretanto, as autoridades brasileiras avisaram ao país vizinho, que efetuou a prisão de Al Safadi e o extraditou para os Estados Unidos.¹⁰⁷

Após os atentados ao WTC, em 2001, o governo americano intensificou suas investigações na região e dizem que ela é um refúgio para terroristas procurados, onde eles encontraram abrigo e conseguem documentos falsos para viajar, além de funcionar como centro de coleta de recursos para financiar grupos terroristas. Além de afirmar atividades de captação de recursos por parte do Hezbollah, os Estados Unidos também suspeitam que existam atividades de organizações como a Irmandade Mulçumana egípcia, o Hamas e até mesmo a Al Qaeda.¹⁰⁸

Porém, mesmo diante de fatos isolados, denúncias e até mesmo relatórios apontando membros destas organizações na região, o fato é que, por parte dos três países que compõem a região e até mesmo dos Estados Unidos, nenhuma prova concreta que a região é reduto de terroristas foi apresentado, o que não confirma as suspeitas.

Segundo Gilberto V. Sabóia, Subsecretário de Política Bilateral do Ministério das Relações Exteriores, em apresentação à Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados, realizada em 19 de março de 2003,

Não podemos também transferir para a tríplice fronteira acusações ou alegações de fatos que até o momento não foram ali identificados. Existem, ao lado das atividades ilegais que ocorrem na região, tarefas legítimas. Trata-se de trabalho com potencial turístico e econômico. Não podemos simplesmente alegar que existe terrorismo na tríplice fronteira, o que até o momento não foi possível comprovar, apesar da intensa investigação que realizamos, com base na afirmação de que existe na área certa colônia de descendentes árabes ou pessoas dessa origem ali, porque isso seria, a nosso

¹⁰⁷ BARTOLOMÉ, M. C., op. cit., p. 29.

¹⁰⁸ MACHADO, Matheus, “Fronteira: Os Terroristas estão aqui?”. *Época*, São Paulo, No. 460, Março, 9, 2007.

ver, questão discriminatória que prejudicaria altamente qualquer procedimento.¹⁰⁹

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o Ministro das Relações Exteriores, Chanceler Celso Amorim, afirma que,

Inexistem, até o momento, elementos comprobatórios da presença ou financiamento a partir daquela região. Não podemos permitir que a Tríplice Fronteira continue sendo apontada como celeiro de terroristas. A vinculação que por vezes se faz entre atividades e a presença de comunidade de origem árabe na região é particularmente perniciosa e contra produtora. Somos uma sociedade multiétnica e multicultural - a exemplo, aliás, de todas as sociedades do hemisfério - e repudiamos acusações fundadas em preconceitos étnicos ou religiosos.¹¹⁰

Portanto, uma “demonização” da região como área de atuação de terroristas, sem provas, acaba causando para a comunidade de origem árabe, constrangimentos que geram preconceitos e dificultam a vida de seus cidadãos.

A negativa por parte dos governos dos países que formam a Tríplice Fronteira, principalmente do Brasil, de que terroristas atuem na região, não significa que ela esteja livre deste problema. Por isso, ações de fiscalização e prevenção são tomadas a fim de inibir a atuação de terroristas, mas sem utilizar-se do tom acusatório e a potencialização dos riscos muitas vezes empregados pela mídia e pelos Estados Unidos. A análise destas ações será tratada no próximo capítulo.

2.4- Comparando as dimensões dos problemas

Em face de todos os problemas apresentados, cabe saber, para fins de análise no próximo capítulo, qual é o problema principal que atinge a Tríplice Fronteira.

¹⁰⁹ SABÓIA, Gilberto V. Audiência Pública: *Atuação das Forças Armadas na Segurança Pública*. Câmara dos Deputados, 19 de março de 2003. p.46

¹¹⁰ AMORIM, Celso. O Brasil e os novos Conceitos Globais e Hemisféricos de Segurança. In: Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil. Organizadores: J.R. de Almeida Pinto, A.J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos de Cooperação, 2004. p. 154.

Neste capítulo, foi feita uma descrição da região, assim como das atividades ilegais nela presentes, além de suposta atividade terrorista. A dificuldade de se tentar dimensionar todos os dados apresentados e atribuir-lhes “notas” comparativas para saber qual o causador de maior dano, está no fato de que todas elas estão interligadas.

Contrabando, grupos mafiosos, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, armas e pessoas, são facilmente conectadas em uma rede que caracterizam uma organização criminosa, como visto no capítulo I. Não se trata de apenas uma organização que comanda a região, mas de diversas redes que atuam em diferentes “ramos”, cada uma especializada em seu próprio “produto”, mas que cultivam o mesmo objetivo; obtenção de lucro através de atividade ilícita.

Como dito no capítulo anterior, tais organizações, praticam de criminalidade difusa e atividades especializadas. Tais ações contam ainda, com a conivência e participação de agentes da administração pública corruptos que facilitam a prática de qualquer modalidade de crime. Observa-se, ainda, a utilizações de conexões estratégicas entre essas organizações, ou mesmo a prática de vários tipos de atividades por parte de uma mesma organização. Exemplo disto, são as armas e drogas que entram no país misturadas a mercadorias como brinquedos, cigarros e eletrônicos, trazidas por grupos de sacoleiros, ou ainda, dinheiro oriundo do narcotráfico, lavados em operações na Tríplice Fronteira.

O terrorismo, apesar de não comprovado, também causa preocupação por parte de autoridades dos três países, além dos Estados Unidos. Este último, em vista das ações anti-terror feitas no oriente médio, causa um certo mal estar entre os países por possuir uma hegemonia no continente. Certamente, hostilidades americanas na região para combater o terrorismo não podem ser descartadas, apesar de não constituir, no momento, ameaça real. Para o Brasil, a presença militar americana na região, não seria vista com bons olhos.

Em termos numéricos, as acusações do Governo americano de que a região da Tríplice Fronteira financia o terrorismo, calculam que pelo menos 20 milhões de dólares são enviados anualmente para grupos terrorista a partir da região¹¹¹. Entretanto, enquanto o terrorismo na Tríplice Fronteira inexistente, segundo

¹¹¹ Disponível em <<http://www.midiasemmascara.com.br/artigo.php?sid=3905>>. Acesso em 14/03/2008.

investigações do Governo brasileiro, o crime organizado movimenta grandes cifras de dólares em transações financeiras ilegais. Somente no Brasil, estima-se que dos 11 bilhões de dólares “lavados” entre 1999 e 2001, 6 bilhões de dólares foram lavados em transações em Ciudad Del Este. Isto deixa claro que, se houvesse terrorismo na região, o montante de dólares ilegais em circulação, não chegaria nem perto dos dólares movimentados pelo crime organizado.

Além do crime de lavagem de dinheiro, destaca-se também que, em 2006, foram apreendidos no Brasil, 160 milhões de dólares em contrabando. O tráfico de mulheres atingiu a cifra de 118 casos entre 2000 e 2004, envolvendo 350 mulheres adultas e 145 adolescentes, no Paraguai. Na Argentina, por ano, 6000 carros, fruto de roubos e furtos, deixam o país com destino ao Paraguai. No Brasil, estima-se que 66% das armas em circulação, chegaram ao país através do Paraguai e, 80% das armas ilegais em mãos de criminosos, somente no Rio de Janeiro, também entraram ilegalmente pelo país vizinho.

Concluí-se, ao final do capítulo que, embora a guerra contra o terror estar no centro da agenda de segurança de muitos países, na região da Tríplice Fronteira, a presença de terroristas não se comprova, mas, já o crime organizado, está presente em suas mais diversas faces e, mesmo que a presença de agentes captadores de recursos para grupos terroristas se torne cada vez mais evidente, em sua raiz estará atividades do crime organizado, pois, estes supostos terroristas, enviariam para seus grupos os lucros gerados por atividades ilícitas.

Portanto, o crime organizado representa o maior problema da Tríplice Fronteira e deve ser combatido em conjunto por todos os países da região, desta forma desarticulando estas organizações criminosas e prevenindo-se que grupos terroristas acabem sendo o destino final dos lucros gerados através destes crimes, pois mesmo inexistente no momento, a suposta presença de terroristas na região é perfeitamente plausível.

Capítulo III : A Tríplice Fronteira no discurso nacional: Segurança Pública ou Segurança Nacional?

Neste capítulo, o tema segurança será tratado sobre a ótica do Governo brasileiro e, analisado segundo considerações dos capítulos anteriores. Para isto, está dividido em três partes. Todas elas, com a abordagem sobre segurança focalizando sua aplicação na região da Tríplice Fronteira.

A primeira parte, consiste na exposição das ações tomadas pelo Governo brasileiro no combate ao crime organizado e ao terrorismo, subdividindo-se nas ações empregadas por cooperação internacional, e nas ações no âmbito interno do país. Como abordado nos capítulos anteriores, o real problema da Tríplice Fronteira é a ação de organizações criminosas, portanto, combatida pelos órgãos de segurança pública. Porém, além da exposição das ações do Governo brasileiro para o combate a estas organizações, também será apresentado nesta primeira parte, medidas do Governo destinadas à investigação de denúncias de terrorismo na região, e que parecem confirmar a negativa de que existem células terroristas em atuação.

Na segunda, será feita uma análise do conjunto destas ações. Esta última parte, consiste em um esforço para que, através destas ações, se saiba realmente como a região da Tríplice Fronteira vem sendo tratada no discurso nacional, pois, como exposto anteriormente, consiste em uma região de grande presença de atividades ilícitas e que, por sua vez, tradicionalmente são combatidas no âmbito da segurança pública.

3.1 - Ações de Combate ao Terrorismo e ao Crime Organizado

3.1.1 - Cooperação Internacional

Apesar de não comprovadas as denúncias de terrorismo na região, como abordado no capítulo anterior, faz-se necessário expor e analisar as ações do governo brasileiro, em conjunto com outros Estados, que visam a investigar e prevenir as

atuações de possíveis células terroristas, além do que tem sido feito pelo governo brasileiro para o combate ao crime organizado, problema latente da região. Grande parte dos acordos em vigor na região, tratam primeiramente em combater a criminalidade, pois como dito no capítulo anterior, se a região serve como levantadora de fundos para o terrorismo internacional, isto se deve a facilidade com que o crime organizado atua na área, sendo a fonte destes possíveis recursos.

O primeiro passo brasileiro para o combate ao terrorismo na zona da Tríplice Fronteira, foi dado em agosto de 1995, quando o Governo brasileiro participou da “Reunião de Consulta sobre Cooperação para Prevenir e Eliminar o Terrorismo Internacional”, realizada em Buenos Aires, na Argentina, e contou com a participação, além do Brasil e da Argentina, de mais cinco países, Canadá, Chile, Estados Unidos, Paraguai e Uruguai. Nesta reunião, os países participantes expressaram suas preocupações com o terrorismo, em especial no continente americano, onde Argentina e Estados Unidos haviam sofrido ataques. De acordo com Bartolomé e Llenderrozas, nesta reunião acordou-se em,

afianzar la cooperación existente para el intercambio de información sobre organizaciones y actividades terroristas; fortalecer las legislaciones nacionales en la materia y adoptar medidas internas de carácter preventivo, incluso las necesarias para someter a juicio o extraditar a terroristas. Asimismo se acordó promover acuerdos bilaterales y subregionales en materia de cooperación judicial, policial y de inteligencia para la prevención, persecución y represión de actividades terroristas internacionales, y fortalecer la cooperación en materia de seguridad de fronteras y transporte, de migraciones y de capacitación en técnicas de contraterrorismo.¹¹²

Em maio de 1996, o “Acordo de Segurança e Facilidade de Trânsito das Três Fronteiras”, firmado entre os Ministros do Interior da Argentina e do Paraguai, e o Ministro da Justiça do Brasil, traduziu entre os três países os compromissos assumidos em 1995. Neste acordo, os países se comprometeram a coordenar ações contra o

¹¹² BARTOLOMÉ, M. C & LLENDERROZAS, E. La Triple Frontera desde la perspectiva argentina: principal foco terrorista en el Cono Sur americano. Center for Hemispheric Defense Studies: REDES, 2002, p. 11

terrorismo e combater o narcotráfico na Tríplice Fronteira, o que incluiu a criação de uma base comum de dados e o estabelecimento de mecanismos conjuntos de luta contra a criminalidade e o terrorismo.¹¹³

Dois meses após, este primeiro acordo culminou na assinatura do “Acordo Operativo dos Senhores Ministros do Interior de Argentina e Paraguai e de Justiça do Brasil sobre a zona denominada das Três Fronteiras”, através do qual foi criado o “Comando Tripartite”; instituição criada com os objetivos de:

incrementar la cooperación para la seguridad en la zona, intercambiando información; efectuar operativos simultáneos de control de personas y documentación; e integrar un banco de datos común, el (previsto) Sistema Integrado de Información de Seguridad.¹¹⁴

O Comando da Tripartite funciona de forma itinerante, estabelecendo-se quatro meses em cada país, e promove reuniões mensais entre seus dirigentes e oficiais de inteligência, ocasião na qual, há a troca formal de informações.¹¹⁵ Nestas ocasiões, participam das reuniões os representantes do Departamento de Polícia Federal (DPF) e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), representantes do Exército e do consulado em Ciudad Del Este, todos por parte do Brasil, da Polícia Nacional do Paraguai, da Polícia Federal Argentina, da Gendarmeria Nacional da Argentina e da Secretaria de Inteligência do Estado daquele país.¹¹⁶

Em dezembro de 1996, institucionalizou-se a “Reunião de Ministros do Interior e Justiça do Mercosul”, “a instância de mais alta hierarquia política que trata dos assuntos de terrorismo no âmbito sub-regional”.¹¹⁷ Em 30 de maio de 1997, foi realizada a primeira reunião deste órgão, que contou com a presença de Chile e Bolívia. Esta reunião culminou na cooperação e coordenação de políticas e tarefas relativas à segurança, mediante um mecanismo de reuniões realizadas a cada seis

¹¹³ BARTOLOMÉ, M. C & LLENDERROZAS E., op. cit., p. 12.

¹¹⁴ Idem, p. 12.

¹¹⁵ Relatório da visita da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados à Catanduva e Foz do Iguaçu, realizada em 31 de maio de 2007.

¹¹⁶ BARTOLOMÉ, M. C & LLENDERROZAS E., op. cit., p. 12.

¹¹⁷ LLENDERROZAS, E. La cooperación de Argentina, Brasil y Chile frente a desafíos transnacionales como el terrorismo. ¿Por qué se diferencia de la experiencia de cooperación en Haití? Center for Hemispheric Defense Studies: REDES, 2007. p. 8.

meses, além da criação de uma Comissão Técnica para o desenvolvimento da agenda de trabalho.¹¹⁸

Como previsto, seis meses depois, em novembro de 1997, foi realizada a segunda reunião do referido órgão, realizada em Punta Del Este, no Uruguai, onde, acordou-se em desenvolver no âmbito do Mercosul, um sistema de intercâmbio de informações para a elaboração de planos estratégicos sobre o combate à criminalidade. Também houve consenso em criar um grupo de trabalho encarregado da execução e regulamentação de uma rede de intercâmbio de informações, sobre operações policiais, pessoas e bens, envolvidos em delitos nos países da região.¹¹⁹

Ainda nesta reunião, foi manifestada a importância da criação de um “Plano de Cooperação e Assistência Recíproca para a Segurança Regional”, para que fosse aplicada à região, uma

legislación uniforme que permita sancionar delitos complejos que afectan a los países del Mercosur. Entre ellos el narcotráfico; terrorismo; tráfico de armas y explosivos; robo de vehículos; delitos económicos y lavado de dinero; contrabando y tráfico de personas.¹²⁰

Além disto, também foram levantados: a criação de um banco de dados regional para servir na luta contra estes delitos; o fortalecimento e implementação dos acordos sobre controle integrado de fronteiras; a elaboração de um projeto para uniformizar a documentação de identidade pessoal de todos os países membros do MERCOSUL, juntamente com Bolívia e Chile.¹²¹

Em 1998, houve duas “Reuniões Extraordinárias de Ministros do Interior e Justiça do Mercosul, Bolívia e Chile”. A primeira, realizada em 27 de março, resultou em avanços sobre a idéia de um banco de dados regional, chamado de “Plano de Sistema de Intercâmbio de Informação de Segurança do MERCOSUL, Bolívia e Chile”. Também foi aprovado o “Plano Geral de Segurança para a Tríplice Fronteira”,

¹¹⁸ BARTOLOMÉ, M. C & LLENDERROZAS E., op. cit., p. 13.

¹¹⁹ Idem..

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem.

em vigência desde então.¹²²

A segunda Reunião Extraordinária de 1998, foi realizada em 14 de julho, ocasião em que foi aprovado o Acordo 5/98, sobre o “Plano de Cooperação e Assistência Recíproca para a Segurança Regional”, apresentado como proposta em 1997. Segundo Bartolomé e Llenderrozas,

Este Plan parte de la premisa que la lucha contra todas las formas de la delincuencia organizada impone una acción de conjunto, coordinada y acordada en toda la región y que tanto el fenómeno de la globalización como el proceso de integración regional han impuesto nuevas características al accionar criminal, que ha adquirido una creciente dimensión transnacional.¹²³

Neste acordo, é identificado como ameaça, um conjunto de fenômenos presentes na região da Tríplice Fronteira, como o crime organizado, associações ilícitas, diversas modalidades de tráfico e até, possível terrorismo.¹²⁴

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, aos Estados Unidos, a realização de uma Reunião Extraordinária de Ministros do Interior e Justiça do Mercosul, resultou na criação do Grupo de Trabalho Permanente sobre o Terrorismo (GTP), com o objetivo de coordenar a atividade de “todos os grupos operacionais constituídos no âmbito da Reunião de Ministros do Interior e Justiça do Mercosul já existentes, como o Comando Tripartite e as Unidades de Coordenação Conjunta”.¹²⁵ Ademais, foi criado o Grupo de Trabalho Especializado (GTE) com o objetivo de prestar assistência ao GTP em atividades de inteligência e operações combinadas.¹²⁶

No ano de 2002, foi criado o Grupo 3+1, que reúne autoridades da Coordenação Geral de Luta contra a Delinquência Transacional do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, da Representação Especial para Assuntos de

¹²² BARTOLOMÉ, M. C & LLENDERROZAS E., op. cit., p. 13.

¹²³ Ibidem, p. 14..

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ LLENDERROZAS, E., op. cit., p. 10.

¹²⁶ Para maiores detalhes, consultar “Decisões do Conselho do Mercado Comum Mercosul/Cmc/Dec N°. 09/02: Adequação do Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul”. Disponível em <http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec0902p.asp>. Acesso em 11/03/08.

Terrorismo e Delitos Conexos da Chancelaria Argentina, da Direção de Temas Especiais do Paraguai e do Gabinete (*Office*) de Contra-terrorismo do Departamento de Estado dos Estados Unidos. O Grupo reuni-se uma vez ao ano, e funciona baseado no consenso sobre o diagnóstico e a definição de pautas de cooperação.¹²⁷ O objetivo do Grupo é o de discutir ações e políticas a serem desenvolvidas para prevenção e punição do terrorismo e outras atividades ilícitas da região.

Uma das principais contribuições do Grupo 3+1, foi a criação do Centro Regional de Inteligência (CRI), órgão integrado por funcionários da Polícia Federal do Brasil, da Polícia Federal Argentina e da Polícia Nacional do Paraguai. O Centro, tem por objetivo, contribuir “para os esforços do Governo brasileiro no combate aos delitos praticados na região da Tríplice Fronteira, por meio do aprofundamento da cooperação entre os órgãos de segurança pública do Brasil, da Argentina e do Paraguai”,¹²⁸ e funciona nas dependências da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu.

Além destas ações mais específicas na região da Tríplice Fronteira, o Brasil também possui diversos acordos internacionais bilaterais e multilaterais que visam ao combate ao crime organizado e ao terrorismo.

Com relação à Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é signatário de diversos acordos: Convenção para a Repressão do Tráfico Ilícito das Drogas Nocivas (1938); Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças (1947); Protocolo de Emenda da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e de Crianças e da Convenção para a Regressão do Tráfico de Mulheres Maiores (1955); Convenção para Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio e Protocolo Final (1959); Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1991); Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (2000); Convenção para a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas (2002); Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (2004), assim como seu Protocolo Adicional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do

¹²⁷ LLENDERROZAS, E., op. cit., p. 11.

¹²⁸ Nota nº 505, do Ministério das Relações Exteriores à imprensa, de 15/08/2006. Disponível em www.mre.gov.br. Acesso em 11/03/2008.

Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (2004), do Protocolo Adicional relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por via terrestre, marítima e aérea (2004) e do Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Peças e Componentes e Munições (2006), complementando tal Convenção; Convenção para a Supressão do Financiamento do Terrorismo (2005); e, Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (2006).¹²⁹

Na Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil é signatário de quatro acordos internacionais: Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos (1999); Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, quando tiverem eles transcendência internacional (1999); Convenção Interamericana contra a Corrupção (2002); e Convenção Interamericana contra o Terrorismo (2005).¹³⁰

Por fim, no âmbito do MERCOSUL, o Brasil é signatário do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais (2000), que tem por objetivo fornecer entre os Estados partes, assistência na investigação de delitos, assim como cooperação em procedimentos judiciais relacionados com assuntos penais.¹³¹

Outro importante passo brasileiro no campo da cooperação internacional, é a participação no Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI), que é uma organização intergovernamental criada em 1989, e que busca promover políticas nacionais e internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. O GAFI é um organismo elaborador de políticas que atua visando a gerar a vontade política necessária para realizar reformas legislativas e regulatórias nessas áreas.¹³²

3.1.2 - Ações Internas

¹²⁹ Os acordos estão organizados de acordo com o ano de promulgação no Brasil. Disponível em www.mj.gov.br. Acesso em 11/03/2008.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Decreto Nº 3.468, de 17 de maio de 2000.

¹³² Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI). Disponível em www.coaf.fazenda.gov.br/links-interessantes/organismos-internacionais. Acesso em 11/03/2008.

No âmbito interno, os principais órgãos de combate ao crime organizado, são os órgãos de segurança pública. Entre eles, temos os órgãos policiais, compostos por:

- **Polícia Federal**, responsável por apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

- **Polícia Rodoviária Federal**, responsável pelo patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

- **Polícia Ferroviária Federal**: responsável pelo patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

- **Polícias Civis**: responsáveis pelas funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares, ressalvada a competência da União.

- **Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares**: às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.¹³³

Além dos órgãos policiais, existem também os órgãos normativos e os conselhos. Como principal órgão normativo, está a **Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)**, ao qual compete:

I - assessorar o Ministro de Estado na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade;

II - planejar, acompanhar e avaliar a implementação de programas do Governo Federal para a área de segurança pública;

III - elaborar propostas de legislação e regulamentação em assuntos de segurança

¹³³ Disponível em www.mj.gov.br. Acesso em 12/03/08.

pública, referentes ao setor público e ao setor privado;

IV - promover a integração dos órgãos de segurança pública;

V - estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública;

VI - promover a interface de ações com organismos governamentais e não-governamentais, de âmbito nacional e internacional;

VII - realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência;

VIII - estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade;

IX - exercer, por seu titular, as funções de Ouvidor-Geral das Polícias Federais;

X - implementar, manter e modernizar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG;

XI - promover e coordenar as reuniões do Conselho Nacional de Segurança Pública;

XII - incentivar e acompanhar a atuação dos Conselhos Regionais de Segurança Pública; e

XIII - coordenar as atividades da Força Nacional de Segurança Pública.¹³⁴

Como último órgão de segurança pública, estão os Conselhos:

- **Conselho Nacional de Segurança Pública:** órgão colegiado de cooperação técnica entre a União, os Estados e o Distrito Federal no combate à criminalidade, estando vinculado ao Ministério da Justiça, o qual compete:

I - formular a Política Nacional de Segurança Pública;

II - estabelecer diretrizes, elaborar normas e articular a coordenação da Política Nacional de Segurança Pública;

III - estimular a modernização de estruturas organizacionais das polícias civil e militar dos Estados e do Distrito Federal;

IV - desenvolver estudos e ações visando a aumentar a eficiência dos serviços policiais, promovendo o intercâmbio de experiências; e

V - estudar, analisar e sugerir alterações na legislação pertinente.

¹³⁴ Disponível em www.mj.gov.br. Acesso em 12/03/08.

- **Conselhos Regionais de Segurança Pública:** Os Conselhos têm a competência de promover, no âmbito regional, a troca de experiências, bem como realizar o planejamento integrado e a coordenação de ações de segurança pública de interesse comum, tendo em vista que estas extrapolam os limites das unidades federadas.¹³⁵

Destes órgãos, as principais ações de combate ao crime organizado na Tríplice Fronteira, são realizadas pelos órgãos policiais, em particular a Polícia Federal. Exemplos destas atuações, são as operações realizadas contra diversas formas de criminalidade, como:

- **Operação Mascate:** Deflagrada em 29 de novembro de 2003, para desmontar um esquema de importação ilegal de mercadorias, (contrabando e descaminho) e sonegação fiscal. Um ano e meio de investigações desvendou o esquema de legalização das mercadorias contrabandeadas, principalmente produtos de informática e eletrônicos, com o uso de Guias de Arrematação de leilões da própria Receita Federal, além de notas frias. Estima-se que a maior parte dos produtos comercializados nas lojas investigadas tenha origem ilegal, e que o grupo movimentou, só em 2003, R\$ 55 milhões.

- **Operação Sucuri:** A operação ocorreu em 07 de dezembro de 2003 e objetivou a repressão a crimes praticados por servidores públicos federais e outros que atuavam na Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu. Os 39 presos na operação recebiam propina para facilitar a passagem de mercadorias estrangeiras.

- **Operação Transito Livre:** Realizada em 09 de novembro de 2003, contra o crime organizado em Foz do Iguaçu. Duzentos policiais federais de vários estados (RS/ SC/ MG/ GO/ RJ/ DF e outros) prenderam dezenas de pessoas envolvidas com tráfico de drogas e contrabando, entre elas policiais rodoviários. Esta foi a maior operação do gênero na região. As investigações provaram que pessoas conhecidas como “batedores” levavam dinheiro dos ônibus, carregados de contrabando, para policiais rodoviários. Os policiais deixavam o veículo passar com as mercadorias ilícitas, recebendo uma quantia em dinheiro que variava entre R\$ 250 e R\$ 500 por

¹³⁵ Disponível em www.mj.gov.br. Acesso em 12/03/08.

ônibus.¹³⁶

Além destas operações, é destacada também a atuação de operações da Polícia Federal de caráter permanente:

- Operação Aliança (na fronteira Brasil-Paraguai) e Cone-sul (atuante na fronteira com a Argentina e com o Uruguai,): As operações consistem em um conjunto de ações desenvolvidas com o apoio logístico das Forças Armadas, sob a égide do ordenamento jurídico brasileiro, e visa identificar e desarticular organizações criminosas transnacionais dedicadas ao tráfico de armas, entorpecentes e crimes conexos, reforçar a presença do poder público para impedir o trânsito de criminosos internacionais, coibir o desvio e o contrabando de produtos químicos, destinados à produção de drogas, resguardar a faixa de fronteira de imigrações clandestinas, precaver danos ao meio ambiente a transferência de centros de apoio à criminalidade organizada.¹³⁷

- Controle Aéreo: Instância de trabalho integrada por agências federal especializadas, voltada para estimular, ampliar, nivelar e desenvolver conhecimentos, destinadas a adoção de medidas para identificar vôos clandestinos que adentram ou deixam o território nacional.¹³⁸

No combate ao terrorismo, a Polícia Federal, no âmbito da Divisão de Inteligência Policial (DIPO), conta com o Serviço Anti-terrorismo (SANTER), composto por quatro delegados e 50 agentes, que é responsável por planejar e executar operações de contra-inteligência e anti-terrorismo. O SANTER monitora supostos extremistas islâmicos não só na Tríplice Fronteira, mas em cidades como São Paulo e Curitiba.¹³⁹

As ações do Governo brasileiro no combate a atividades ilícitas na Tríplice Fronteira, assim como no resto do país, também contam com atividades de inteligência.

O órgão central de inteligência do Estado, é a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), criada pela Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999, que

¹³⁶ Disponível em www.dpf.gov.br. Acesso em 12/03/08.

¹³⁷ Departamento de Polícia Federal. Apresentação para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal., em ocasião de sua 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de maio, 2006.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Disponível em www.dpf.gov.br. Acesso em 12/03/08.

atua na identificação de ameaças, como as relacionadas ao crime organizado e à segurança pública, na neutralização da espionagem estrangeira e ainda na constante vigilância contra a presença no Brasil de pessoas ou grupos que tenham qualquer vínculo com o terrorismo internacional. Ademais, é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), que congrega os diversos órgãos da comunidade de inteligência do País.¹⁴⁰

O SISBIN, criado pela mesma lei que criou seu órgão central, a ABIN e instituído pelo Decreto n 4.376, de 13 de setembro de 2002, tem por objetivo “integrar as ações de planejamento e execução da atividade de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional”.¹⁴¹ Também é responsável pelo processo de obtenção e análise de dados e informações e pela produção e difusão de conhecimentos necessários ao processo decisório do Poder Executivo, em especial no tocante à segurança da sociedade e do Estado, bem como pela salvaguarda de assuntos sigilosos de interesse nacional.¹⁴²

Os órgãos que compõem o SISBIN são: a Casa Civil da Presidência da República, por meio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM; o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, órgão de coordenação das atividades de inteligência federal; a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, como órgão central do Sistema; o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da Coordenação de Inteligência do Departamento de Polícia Federal; o Ministério da Defesa, por meio do Departamento de Inteligência Estratégica, da Subchefia de Inteligência do Estado-Maior de Defesa, do Centro de Inteligência da Marinha, do Centro de Inteligência do Exército, da Secretaria de Inteligência da Aeronáutica; o Ministério das Relações Exteriores, por meio da Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais; o Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria-Executiva do Conselho de Controle de Atividades Financeiras,

¹⁴⁰ GONÇALVES. Joanisval B. A atividade de inteligência no combate ao Crime Organizado: O caso do Brasil. Center for Hemispheric Defense Studies, 2003. p. 2-3.

¹⁴¹ GONÇALVES. Joanisval B., op. cit., p. 3.

¹⁴² Ibidem, p. 4.

da Secretaria da Receita Federal e do Banco Central do Brasil; o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria-Executiva; o Ministério da Saúde, por meio do Gabinete do Ministro e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; o Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Secretaria-Executiva; o Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do Gabinete do Ministro; o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria-Executiva; e o Ministério de Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil.¹⁴³

O SISBIN é uma importante ferramenta na troca de informações com relação ao crime organizado, principalmente por manter em diálogo diversas esferas do poder executivo.

Além da ABIN, de unidades de inteligência policial e de inteligência militar, cabe destacar a atuação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). O COAF foi criado pela Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, no âmbito do Ministério da Fazenda, com “a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar ocorrências suspeitas de atividades ilícitas relacionadas à lavagem de dinheiro”.¹⁴⁴ O maior destaque do COAF é sua atuação frente ao GAFI.

Outra ação do Governo brasileiro quanto ao combate a delitos transnacionais, foi a regulamentação, através do Decreto nº 5.144, de 16 de julho de 2004, da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (modificada em seu artigo 303 pela Lei nº 9.614, de 5 de março de 1998), que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e trata dos casos em que uma aeronave pode ser submetida à detenção, à interdição e à apreensão por autoridades aeronáuticas, fazendárias ou da Polícia Federal. Em sua modificação, em 1998, foi acrescentada ao art. 303 da Lei nº 7.565/86, o parágrafo segundo, com a seguinte redação:

§ 2º Esgotados os meios coercitivos legalmente previstos, a aeronave será classificada como hostil, ficando sujeita à medida de destruição, nos casos dos incisos do caput deste artigo e após autorização do Presidente da República ou autoridade por ele delegada.¹⁴⁵

¹⁴³ GONÇALVES, Joanisval B., op. cit., p. 4.

¹⁴⁴ COAF. Disponível em <https://www.coaf.fazenda.gov.br/conteudo/institucional/o-coaf/sobre-o-coaf/>. Acesso em 12/03/2008.

¹⁴⁵ BRASIL. Lei nº 9.614, de 05 de março de 1998. Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para

Assim, ficou instituída a “Lei do Tiro de Destruição”, apelidada de “Lei do Abate”. A regulamentação da Lei do Abate, “estabelece os procedimentos a serem seguidos com relação a aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins, levando em conta que estas podem apresentar ameaça à segurança pública”.¹⁴⁶

De acordo com o Decreto, as aeronaves são consideradas suspeitas em duas hipóteses: quando adentram no “território nacional, sem Plano de Vôo aprovado, oriunda de regiões reconhecidamente fontes de produção ou distribuição de drogas ilícitas”¹⁴⁷; ou omitirem “aos órgãos de controle de tráfego aéreo informações necessárias à sua identificação, ou não cumprir determinações destes mesmos órgãos, se estiver cumprindo rota presumivelmente utilizada para distribuição de drogas ilícitas”.¹⁴⁸

Quando caracterizada como suspeita, a aeronave estará sujeita a três tipos de medidas coercitivas, aplicadas sempre de forma progressiva e quando a medida anterior não obtiver êxito, e, se considerada hostil, estará sujeita à medida de destruição.

As aeronaves de interceptação da Força Aérea Brasileira, acionadas pelo Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), são as encarregadas da execução dessas medidas.

1º) Medidas de Averiguação: primeiro nível das medidas. Busca determinar ou a confirmar a identidade de uma aeronave, ou, ainda, a vigiar seu comportamento. Engloba os seguintes procedimentos: Reconhecimento à Distância, Confirmação da Matrícula, Interrogação na frequência prevista para a área, Interrogação na frequência internacional de emergência e Realização de sinais visuais;

2º) Medidas de Intervenção: caso o piloto da aeronave suspeita não responda

incluir hipótese destruição de aeronave Brasília, DF, 06 mar. 1998. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9614.htm . Acesso em 14/03/2008.

¹⁴⁶ BRASIL. Decreto nº 5.144, de 16 de julho de 2004. Regulamenta os §§ 1º, 2º e 3º do art. 303 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no que concerne às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins. Brasília, DF, 20 dez. 2004. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5144.htm . Acesso em 14/03/2008.

¹⁴⁷ Idem

¹⁴⁸ Idem

e não atenda a nenhuma das medidas já enumeradas, passa-se ao segundo nível de medidas coercitivas, que é a Intervenção, caracterizada pela execução de dois procedimentos: mudança de rota e pouso obrigatório

3º) Medidas de Persuasão: o terceiro nível das medidas previstas, que entrará em execução somente se o piloto da aeronave suspeita não atender a nenhuma das medidas anteriores, consiste na realização de tiros de advertência, com munição traçante, lateralmente à aeronave suspeita, de forma visível e sem atingi-la.

Uma vez que nenhuma das medidas obtiver êxito, a aeronave é considerada hostil, podendo ser aplicada a medida de destruição, que consiste na realização de disparo de tiros, feitos pela aeronave de interceptação, com a finalidade de provocar danos e impedir o prosseguimento do voo da aeronave transgressora. No Decreto, somente é delegada a competência para a ordem de execução da medida de destruição ao Comandante da Aeronáutica.

Apesar da Lei do Abate estar em vigor desde 2004, o Governo brasileiro ainda não utilizou a medida de destruição.

A participação das Forças Armadas na ABIN e, principalmente de ações ao combate ao tráfico de drogas, por parte Aeronáutica, através da Lei do Abate, leva a um questionamento sobre qual o papel das Forças Armadas – instrumento de defesa nacional – no combate a atividades ilícitas transnacionais.

Cabe lembrar que a repressão dos delitos transnacionais é de competência constitucionalmente da Polícia Federal. Assim, mesmo as Força Armadas podendo, cotidianamente ou em situações que justifiquem, receber o “poder de polícia” (Lei Complementar 97/99 e Decreto 3.897/01), são

“impedidas de executar ações para prevenir ou reprimir delitos transnacionais, ainda que estes delitos venham a ocorrer em setores de faixa de fronteira onde a única presença do Estado seja caracterizada pela existência de organizações militares. Assim, a competência das FA limita-se ao combate a delitos que constituem crime militar ou às ações de patrulhamentos inerentes à missão constitucional de defesa da pátria. A competência para efetuar ações de busca e apreensão, por exemplo, é das

autoridades policiais e seus agentes”.¹⁴⁹

Na prevenção e repressão à delitos transfronteiriços e ambientais, bem como na segurança pública, quando situação de normalidade institucional, as Forças Armadas “restringem-se à colaboração com as instituições policiais, em termos de instrução, inteligência, comunicação e logística (Decreto 3.897/01)”.¹⁵⁰

Quanto ao “poder de polícia”, as Forças Armadas só o recebem, por determinação do Presidente da República, com o objetivo de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, quando esgotados os instrumentos a isto previsto no art. 144 da Constituição Federal (Lei Complementar 97/99). Contudo, uma vez esgotados todos instrumentos do art. 144 da CF, de acordo com o Decreto 3.897/01, as Forças Armadas adquirem somente as competências da polícia militar, “nos termos e limites impostos a esta última pelo ordenamento jurídico e à vista de solicitação de Governador de Estado”.¹⁵¹

Logo, conclui-se que as Forças Armadas, na atual situação brasileira, somente podem atuar no combate a atividades ilícitas transfronteiriças, de forma a colaborar com as forças policiais em matéria de instrução, inteligência, comunicação e logística.

3.2 - Análise das Ações de Combate ao Crime Organizado

Após a apresentação das ações brasileiras no combate ao terrorismo e ao crime organizado, cabe ressaltar, mais uma vez, que na região da Tríplice Fronteira, não foi constatado a presença de terroristas e nem de pessoas ou grupos ligados a estes. Já quanto a atividades ilícitas, principalmente transnacionais, é certa a presença na região.

A participação brasileira em acordos internacionais e atuação em grupos de combate ao terrorismo, demonstram a preocupação do Governo em prevenir este tipo de

¹⁴⁹ SILVEIRA, R. M. da. Segurança e Defesa – A visão do Exército brasileiro. In: Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil. Organizadores: J.R. de Almeida Pinto, A.J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos de Cooperação, 2004. vol. I. p. 179.

¹⁵⁰ SILVEIRA, R. M. da. Segurança e Defesa – A visão do Exército brasileiro, op. cit., p. 179.

¹⁵¹ Ibidem, p. 180.

ato. Portanto, como o crime organizado representa realmente o maior problema da região da Tríplice Fronteira, esta última parte do trabalho estará concentrada na análise de como a região da Tríplice Fronteira vem sendo tratada nas ações do governo.

No Brasil, o tema crime organizado é tratado e combatido realmente como se apresenta; problema de segurança pública. Assim, tem no trabalho de caráter policial, a principal arma de combate a crimes transfronteiriços.

A tentativa de caracterizar a atuação do crime organizado na região da Tríplice Fronteira como problema de segurança nacional é errônea. Conforme definições do capítulo I, a análise de coesão sóciopolítico do Estado brasileiro, sua capacidade política, seu desenvolvimento socioeconômico, e sua capacidade de controle territorial afastam ameaças à segurança nacional por parte de organizações criminosas, pois estas, não representam ameaças à população como um todo, ao território brasileiro ou a instituições do Estado.

O conceito de segurança nacional é amplo, e conta com medidas de defesa nacional, defesa civil, segurança pública, políticas econômicas, de saúde, educacionais, ambientais e outras áreas, todas voltadas para a defesa dos interesses nacionais. A problemática das atividades ilícitas está inserida na segurança pública, responsável por proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

As ações empregadas na Tríplice Fronteira, mesmo as que tratam de prevenção ao terrorismo, como Grupo 3+1, possuem trabalhos voltados ao combate a crimes, e principalmente, cooperação entre órgãos de segurança pública, como no caso do CRI.

Além das atuações dos órgãos de segurança pública, ações de inteligência também estão presentes na Tríplice Fronteira. A ABIN, principal órgão de inteligência do país, contém missões que a caracterizam como um instrumento de proteção à segurança nacional, pois, como órgão central do SISBIN, está envolvida com diversos outros órgãos do país, estando assim, sempre buscando a garantia e proteção dos interesses nacionais. Porém, ao se tratar de crime organizado, a ABIN claramente se refere que este pertence ao leque de ações da segurança pública. A atuação da ABIN na segurança pública, é facilmente explicada pois, como já visto, a segurança pública está inserida na segurança nacional, sendo esta a “instância máxima” da segurança do país. Logo, um órgão de

inteligência com prerrogativas tão amplas quanto a ABIN, é de extrema importância para os trabalhos dos órgãos de segurança pública, facilitando assim, o diálogo destes com os demais órgãos de proteção ao interesses nacionais.

A observação de como são cometidas as atividades ilícitas na Tríplice Fronteira, deixam clara que elas atuam de modo a aproveitar-se das brechas deixadas pelos Estados, não estando interessadas em destruir sua legitimidade ou instituições, pois, para estas organizações, o Estado é necessário para que elas maximizem seus lucros, seja pela lavagem de dinheiro, contrabando, entre outros.

Vale ressaltar que as organizações criminosas atuam como uma empresa, e não como um Estado, pois deseja o lucro e não controle de políticas públicas em prol de uma população em um determinado território. Por esta característica, estas organizações, em vez de combaterem o Estado, desejam estar inseridas dentro de suas bases, por meio da corrupção. Assim, garantem que sua atividade se torne cada vez mais freqüente e lucrativa. Esta é a característica da criminalidade na Tríplice Fronteira.

Para que a região atinja parâmetros de problema de segurança nacional, o crime organizado tem que ir muito além de atividades que visam o enriquecimento pessoal através de atividades ilícitas. Deve chegar a ponto de tentativas de desestruturar o poder público na região. Porém, ao mudar seu “ramo de atuação”, não se trata mais de criminalidade, pois perde suas principais características. Portanto, apesar da grande presença de atividades ilícitas na região, causada principalmente pela debilidade dos órgãos policiais, compete somente à segurança pública o combate a estas atividades.

Na Tríplice Fronteira, outro fator que poderia “elevar” a condição de segurança pública à segurança nacional, é a ameaça terrorista. A política norte-americana de combate ao terrorismo é clara, considerando o combate ao terrorismo uma guerra. As freqüentes divulgações de suspeitas de atividades terroristas por parte dos Estados Unidos na Tríplice Fronteira, é tratada com especial afínco pelos órgãos de inteligência brasileiros, principalmente pela Inteligência da Polícia Federal e pela ABIN. Esta necessidade de uma atenção especial, se dá pelo fato de que, mesmo a inexistência até o momento de atividades terroristas, é crescente a atividade americana de investigação na região, algumas vezes fora do contexto da cooperação do Grupo 3+1. Tal proximidade de atividades de inteligência dos Estados Unidos, país hegemônico da região, é vista com preocupação pelo Brasil,

principalmente levando em consideração as ações do Governo americano contra o terrorismo no Oriente Médio. Uma possível intervenção americana em qualquer país da Tríplice Fronteira, desencadearia no Brasil, tomadas de ações de proteção à segurança nacional, podendo se extremar a ações de defesa nacional, pois aí sim, os alicerces da construção do Estado brasileiro estariam abalados.

Assim, a melhor forma do Brasil evitar que isto possa acontecer, é manter sempre vigilância na área, através dos órgãos de inteligência, como ocorre, pois, a melhor forma de se precaver que atividades terroristas ocorram na área, é não permitindo que a região seja vista como território sem lei. Esta vigilância também necessita de cautela, pois a Tríplice Fronteira possui uma grande comunidade árabe que, sem indícios que provem o contrário, de forma alguma podem ser taxada de celeiro de terroristas, pois, como todo o resto do país, são cidadãos brasileiros que tem por direito serem respeitados e viverem livres de preconceitos, ou ainda, “pré-conceito”, ou seja, livre de julgamentos infundados.

Porém, na atual situação da Tríplice Fronteira, o principal problema é a atuação da criminalidade. Assim, no que se refere ao modo de como os problemas com atividades ilícitas da região da Tríplice Fronteira são tratados pelo Governo brasileiro, é possível concluir que, na construção de um discurso e de uma estratégia nacional sobre o tema, o Governo age de forma coerente ao aplicar à região, ações que fazem parte da esfera da segurança pública. Isto é, planejando, no âmbito dos órgãos de segurança pública, podendo ser auxiliados por outros órgãos, a construção de ações que visam prevenir e combater os problemas apresentados ao longo deste trabalho, principalmente quanto a atividades ilícitas, transnacionais ou não.

CONCLUSÃO

A região da Tríplice Fronteira representa, hoje em dia, uma região de constante preocupação do Governo brasileiro. A ocorrência constante de atividades ilícitas entre as fronteiras do Brasil, do Paraguai e da Argentina, possuem caráter transnacional, o que, devido as diferenças entre as legislações dos países, dificultam ações de prevenção e repressão contra delitos transfronteiriços. Como agravante do caso brasileiro, observa-se que a relação de atividades ilícitas na região, como o tráfico de armas, e a violência nos grandes centros urbanos é direta. Somado a isto, acrescentam-se acusações do Governo americano de que a região serve de base de financiamento de atividades terroristas ao redor do mundo.

O presente trabalho, teve como objetivo analisar estas questões sob o ponto de vista do Governo brasileiro, e assim, responder uma pergunta que, muitas vezes, confundem tanto pessoas comuns quanto autoridades: No Brasil, o crime organizado na Tríplice Fronteira representa um problema de segurança nacional?

Para que esta pergunta fosse respondida, foi necessário, antes, elucidar uma gama de conceitos fundamentais para esta análise. Assim, valendo-se de análises de Hedley Bull, concluímos que o Brasil, uma comunidade política independente, que possui um governo e afirma a sua soberania com relação a uma parte da superfície terrestre e a um segmento da população humana, é responsável pela manutenção da ordem pública em seu território. Para que ordem pública seja mantida, o país vale-se de órgãos de segurança pública, que consiste na medida de segurança nacional indicada para a formulação de políticas públicas para prover a segurança física dos indivíduos, de sua propriedade, assim como a salvaguarda de seus direitos e garantias, dentro de um determinado território.

Ao serem apresentas as principais atividades ilícitas e as suspeitas de que terroristas atuam na região, concluímos que tais suspeitas não se confirmam, o que indica que não existem atividades terroristas em atuação na Tríplice Fronteira. Por outro lado, as atividades ilícitas constituem um grande problema a ser enfrentado por Brasil, Paraguai e Argentina.

Porém, mesmo com a falta de indícios de atividades terroristas, o Governo

brasileiro mantém a região em constante monitoramento, principalmente pela Polícia Federal e pela ABIN. Este monitoramento é feito com o objetivo de prevenir que terroristas utilizem a região, e ainda manter sempre atualizada a comprovação do não-terrorismo, pois assim, evita Estados Unidos, em sua guerra contra o terror, saia do campo da cooperação através de instrumentos como o Grupo 3+1, e adote uma postura de interventor, com o objetivo de combate ao terrorismo.

Como o problema real da Tríplice Fronteira são as atividades ilícitas, as medidas para seu combate concentram-se nos órgãos de segurança pública. Ainda, fomentar o discurso de que a Tríplice Fronteira representa um problema de segurança nacional, leva a uma publicidade negativa e exagerada da área, podendo incitar ações governamentais que extrapolam as medidas de segurança pública, criando, aí sim, um ambiente de total desordem na região, como o emprego das Forças Armadas no combate ao crime organizado.

Uma vez finalizado o trabalho, concluímos que, pelo menos no modo como a região é tratada, o Governo brasileiro é coerente nas aplicações de suas ações, tendo como base ações de segurança pública. Logo, infere-se que o Governo brasileiro dispõe das condições necessárias para o enfrentamento ao crime organizado na região. Ainda sim, preocupações com a segurança pública, principalmente quanto à capacidade operacional dos órgãos policiais, principalmente com a Polícia Federal, são necessárias para a prevenção e repressão de atividades ilícitas na região.

Respondendo à pergunta central deste trabalho, no Brasil, o crime organizado na Tríplice Fronteira não representa um problema de segurança nacional, mas sim de segurança pública, pois a segurança nacional é um conceito muito mais amplo, que congrega todos os elementos responsáveis pelo interesse nacional, e que, só estaria ameaçada pelo crime organizado, se este desestabilizasse o Estado de tal forma que representasse uma ameaça à sua existência.

Assim, para o combate ao crime organizado, a segurança nacional dispõe do instrumento da segurança pública, responsável pela formulação de políticas públicas para prover a segurança física dos indivíduos, de sua propriedade, assim como a salvaguarda de seus direitos e garantias. Logo, deve ser foco de constante preocupação do Estado com a eficiência de seus serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA JR., João Paulo Soares. *Política Externa e Política de Defesa no Brasil: Síntese Imperfeita*. Brasília, 2006.

AMORIM, Celso. O Brasil e os novos Conceitos Globais e Hemisféricos de Segurança. In: *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Organizadores: J.R. de Almeida Pinto, A.J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos de Cooperação, 2004.

BARTOLOMÉ, M. C. *A Tríplice Fronteira: principal foco de insegurança no Cone Sulamericano*. Military Review. 2º Trim. 2003.

BARTOLOMÉ, M. C & LLENDERROZAS, E. *La Triple Frontera desde la perspectiva Argentina: principal foco terrorista en el Cono Sur americano*. Center for Hemispheric Defense Studies: REDES, 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.144, de 16 de julho de 2004. *Regulamenta os §§ 1º, 2º e 3º do art. 303 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no que concerne às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins*. Brasília, DF, 20 dez. 2004. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5144.htm. Acesso em 14/03/2008.

BRASIL. Lei nº 9.614, de 05 de março de 1998. *Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese destruição de aeronave*. Brasília, DF, 06 mar. 1998. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9614.htm. Acesso em 14/03/2008.

BRASIL. *Política de Defesa Nacional*, aprovada pelo Decreto Nº 5.484, de 30 de junho de 2005.

BULL, Hedley; BATH, Sérgio. (Trad.). *A sociedade anárquica/ Um estudo da ordem na política mundial*. Brasília, DF: UnB, 2002.

Departamento de Polícia Federal. Apresentação para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal., em ocasião de sua 13ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de maio, 2006.

DREYFUS, Pablo. Agenda de Seguridad em el MERCOSUR: La Triple Frontera como “espacio de inseguridad regional”. In: *Trabajo de apoyo para los fundamentos y planeamiento Del Programa Internacional de Seguridad Humana (PISH)*. Rio de Janeiro, 2006.

EDWARD, José. “Fronteiras: 1300 quilômetros abertos ao tráfico”. Veja Online. Edição 1990. 10 de janeiro de 2007. Disponível em : <http://veja.abril.com.br/100107/p_070.html>. Acesso em 11/01/2008.

ESCOSTEGUY, Diego. “Lava-Jato de Dinheiro”. *Época*, São Paulo, No. 335, 18 de outubro, 2004.

GONÇALVES. Joannisval B. *A atividade de inteligência no combate ao Crime Organizado: O caso do Brasil*. Center for Hemispheric Defense Studies, 2003.

GRINBAUM, R. apud. HUDSON, Rex. *Terrorist and Organized Crime Groups in the Tri-Border Area of South America*. Divisão Federal de Pesquisa, Biblioteca do Congresso (Washington, DC: Government Printing Of.ce [GPO]), julho de 2003.

IACOMINI, Franco, “Fronteira sem lei: A divisa com o Paraguai é a dor de cabeça do Mercosul” . *Veja*, São Paulo, No. 1541, Abril 8, 1998.

LLENDERROZAS, E. *La cooperación de Argentina, Brasil y Chile frente a desafíos*

transnacionales como el terrorismo. ¿Por qué se diferencia de la experiencia de cooperación en Haití? Center for Hemispheric Defense Studies: REDES, 2007.

MACHADO, Matheus, “*Fronteira: Os Terroristas estão aqui?*”. Época, São Paulo, No. 460, Março, 9, 2007.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Conceitos Básicos*, disponível em <www.mj.gov.br>. Acesso em 18/02/08.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Crime Organizado: aspectos gerais e mecanismo legais*. São Paulo. Editora Juarez de Oliveira, 2002.

NETO, Francisco Paulo de Melo. “Marketing do Terror”, São Paulo: Contexto, 2002.

Nova Enciclopédia Barsa. Rio de Janeiro: Encyclopedia Britannica do Brasil, 2001. v. 13.

PROCÓPIO, Argemiro. “*O Brasil no Mundo das Drogas*”. Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

Relatório da visita da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados à Catanduva e Foz do Iguaçu, realizada em 31 de maio de 2007.

Relatório final da CPI do Tráfico de Armas., p. 77. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias/cpi/encerradas.html/cpiarmas/Relatorio%20Final%20Aprovado.pdf>>. Acesso em 11/01/2008.

Relatório final da CPMI da Emigração Ilegal, p. 297. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/comissoes/CPI/Emigracao/RelFinalCPMIEmigracao.pdf>>. Acesso em 10/01/2008.

SABÓIA, Gilberto V. Audiência Pública: *Atuação das Forças Armadas na Segurança Pública*. Câmara dos Deputados, 19 de março de 2003.

SANTIN, Valter F. *Controle Judicial da Segurança Pública: Eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime*. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2004.

SILVEIRA, R. M. da. Segurança e Defesa – A visão do Exército brasileiro. In: *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Organizadores: J.R. de Almeida Pinto, A.J. Ramalho da Rocha, R. Doring Pinho da Silva. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos de Cooperação, 2004.

WHITAKKER, David J. *Terrorismo - Um retrato*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

WOJCIENCHOWSKI, Guilherme D.. “*O tráfico de pessoas na Tríplice Fronteira*”. Sopa Brasiguiaia.com. 27 de maio, 2007. Disponível em: <<http://sopabrasiguiaia.blogspot.com/2007/05/o-trfco-de-pessoas-na-trplice.html>>. Acesso em 10/01/2008.

ZIEGLER, Jean. *Os senhores do crime: as novas máfias contra a democracia*. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FONTES ELETRÔNICAS

<www.defesanet.gov.br>. Acesso em 18/02/08.

<www.dpf.gov.br>. Acesso em 12/03/08.

<www.mj.gov.br>. Acesso em 18/02/08.

<www.mre.gov.br>. Acesso em 11/03/2008.

<www.camara.gov.br>. Acesso em 18/02/08.

<www.senado.gov.br>. Acesso em 18/02/08.

<<http://www.mcde.gov.py/v02/principal.php>>. Acesso em 12/2/2007.

<www.coaf.fazenda.gov.br/links-interessantes/organismos-internacionais>. Acesso em 11/03/2008.

<<https://www.coaf.fazenda.gov.br/conteudo/institucional/o-coaf/sobre-o-coaf/>> .Acesso em 12/03/2008.

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9614.htm> . Acesso em 14/03/2008.

<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2919>> Acesso em: 15 de março de 2008.

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 12/12/2007.

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113980.shtml>> Acesso em 28/12/2007.

<<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec0902p.asp>>. Acesso em 11/03/08.

ANEXOS

Anexo “A”

Mapa da Região da Tríplice Fronteira



Fonte: <http://www2.mre.gov.br/daa/amap1.html>

Anexo “B”

Tabela de Natureza do Estado: Tipos Polares¹⁵²

ESTADO DÉBIL		ESTADO FUERTE
COHESIÓN SOCIOPOLÍTICA	BAJA	ALTA
<p>A- Frágil legitimidad política: * Construcción incompleta del Estado Nación.</p> <p>* “Sociedades organizadas en redes ("Weblike societies").⁷</p> <p>* Lealtades fuertes hacia grupos comunitarios étnicos y/o religiosos. * Altos niveles de violencia política * Grandes y recientes cambios en la estructura de las instituciones políticas.</p> <p>* Recurrente uso de la fuerza por parte del gobierno en asuntos de política interna.</p> <p>* Importante y recurrente rol de la “policía política” en la vida cotidiana de los habitantes.</p> <p>* Grandes conflictos políticos motivados por desacuerdos en torno a la ideología y sistema a utilizar para organizar el Estado.</p> <p>* Alto control gubernamental sobre los medios de comunicación.</p> <p>B- Sociedades Fragmentadas: * Presencia de identidades nacionales competitivas entre sí dentro de un mismo Estado. * Coexistencia de varios grupos étnicos, religiosos y lingüísticos dentro de un mismo Estado.</p> <p>* Acentuada desigualdad e inequidad en la distribución de los ingresos.</p>		<p>A- Fuerte legitimidad política:</p> <p>* Proceso de formación del Estado Nación Consolidado * Sociedad Piramidal (autoridad política central reconocida y respetada) * Lealtad hacia el Estado-Nación compartida por todos los ciudadanos.</p> <p>* Bajos niveles de violencia política. * Instituciones políticas estables a lo largo del tiempo.</p> <p>* Raro o inexistente uso de la fuerza por parte del gobierno en asuntos de política interna. * Raro o inexistente rol de “policías políticas” en la vida cotidiana de los habitantes.</p> <p>* Ausencia de polarización ideológica o de grandes conflictos políticos.</p> <p>* Ausencia de control gubernamental sobre los medios de comunicación.</p> <p>B- Sociedades Unificadas: * Identidad nacional coherente y ausencia de identidades nacionales enfrentadas dentro del mismo Estado.</p> <p>* Ausencia de substanciales, diferencias étnicas, religiosas y lingüísticas. * Distribución equitativa del ingreso.</p>
CAPACIDAD POLÍTICA	BAJA	ALTA
<p>* Rigidez administrativa en el diseño y aplicación de políticas. * Agencias gubernamentales ineficientes. * Altos niveles de corrupción política.</p>		<p>* Flexibilidad en el diseño y aplicación de políticas públicas. * Agencias gubernamentales eficientes. * Bajos niveles de corrupción política</p>
DESARROLLO SOCIOECONÓMICO	BAJO	ALTO
<p>* Bajos niveles de industrialización * Bajo nivel de ingresos per cápita</p> <p>* Bajos niveles de productividad y crecimiento * Falta de acceso a mercados</p> <p>* Dependencia del exterior para la regeneración de capital * Economía extremadamente dependiente de mercados externos</p>		<p>* Altos niveles de industrialización * Alto ingreso per cápita * Altos niveles de productividad * Acceso a mercados internacionales * Capacidad local para la reproducción de capital productivo y financiero * Importantes mercados domésticos * Distribución equitativa del ingreso</p>
CONTROL TERRITORIAL	BAJO	ALTO
<p>* Débil presencia del gobierno en zonas de frontera o áreas no cercanas a grandes ciudades. * Presencia de grupos armados no estatales con capacidad para desafiar al Estado.</p>		<p>* Fuerte presencia del gobierno en zonas de frontera o áreas no cercanas a las grandes ciudades * Ausencia de grupos armados no estatales con capacidad para desafiar al Estado.</p>

¹⁵² DREYFUS, Pablo. Agenda de Seguridad em el MERCOSUR: La Triple Frontera como “espacio de inseguridad regional”. In: *Trabajo de apoyo para los fundamentos y planeamiento Del Programa Internacional de Seguridad Humana (PISH)*. Rio de Janeiro, 2006. p. 7-8.